



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: PROFESSOR TONINHO VESPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 12-12-2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Falha na transmissão

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Bom dia a todas e todos.

Declaro abertos os trabalhos da 18ª Audiência Pública de 2022 que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza hoje, 12 de dezembro, convocada para discutir o PL 645/2022, de autoria do Executivo Ricardo Nunes, que dispõe sobre a criação do Quadro de Agentes de Posturas Municipais - QAPM, com plano de carreira, reenquadra os cargos e funções de Agente Vistor, do Quadro de Agentes Vistores - QAV, criado pela Lei nº 16.417, de 1º de abril de 2016, institui o respectivo regime de remuneração por subsídio e a Bonificação de Desempenho da Fiscalização; dispõe sobre a criação de cargos no Quadro dos Profissionais de Gestão Governamental – QPGG, nos termos da Lei nº 16.193, de 5 de maio de 2015; dispõe sobre a alteração das Leis nº 16.414, de 1º de abril de 2016 e nº 17.841, de 19 de agosto de 2022; dispõe sobre a valorização dos plantões extras do Quadro da Saúde, e dá outras providências, conforme requerimento CCJ 31/2022, de autoria do Vereador Professor Toninho Vespoli aprovado na reunião ordinária de 30/11/2022.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida no *site* e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo e que sua realização vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde 9 de dezembro e foi publicada nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* em 9 de dezembro.

As inscrições para participação do público ficaram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 9 de dezembro, devendo os inscritos pelo *site* participar pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*. O público presente que desejar se manifestar deverá se inscrever com a secretaria da Comissão. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Foram convidados para a audiência pública: Sr. Fabricio Cobra Arbex, Secretário Municipal da Casa Civil, representado pela Sra. Denise Soares Ramos, Chefe de Gabinete, que está *on-line*; Sra. Marcela Cristina Arruda Nunes, Secretária Municipal de Gestão – até o momento, acho que ninguém da Secretaria de Gestão tinha entrado *on-line*; Sr. João Gabriel Guimarães Buonavita, Presidente do Sindsep – pode sentar à mesa; Sr. Mário Roberto

Fortunado, Presidente da Savim.

Não sei se a gente poderia fazer assim: a Denise poderia começar, pode ser? Aí ela expõe um pouco o que o Governo pensou com esse projeto. Depois as entidades podem se manifestar, tudo bem? Então, pessoal, quem quiser se inscreve aqui no canto, três minutos depois para as pessoas poderem ter a sua fala.

Denise.

A SRA. DENISE SOARES RAMOS – Bom dia, Presidente. Agradeço a oportunidade de participação. Agradeço também aos demais colegas e munícipes participantes desta reunião, servidores.

A informação que eu tenho, até para melhor municiar a nossa audiência pública, é que a Secretária-Adjunta de Gestão, Regina Pacheco, estaria a caminho da Câmara, então acho que em breve ela chega e também pode nos propiciar mais dados sobre o projeto.

Basicamente, o projeto dispõe sobre a criação do Quadro de Agentes de Posturas Municipais, reenquadrando os cargos e funções do cargo de Agente Vistor...

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Só um momentinho, Denise. O teu microfone voltou a ficar baixo. E também acho que a Secretária-Adjunta de Gestão chegou, então eu acho que a gente faz o seguinte: vamos tentar resolver esse problema técnico e, enquanto isso, a gente dá, eu acho, a palavra à Secretaria de Gestão e depois a gente volta a você, está bem?

A SRA. DENISE SOARES RAMOS – Perfeito. Eu vou tentar...

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Se você puder sair de repente e entrar novamente, isso pode ajudar.

A SRA. DENISE SOARES RAMOS – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado.

Gente, só um minutinho, que ela chegou agora, para se organizar, a Regina Pacheco já vai fazer a sua intervenção.

A SRA. REGINA PACHECO – Bom dia a todas e a todos. Bom dia, Srs. Vereadores

da Mesa. Meu nome é Regina Pacheco, sou Secretária-Adjunta de Gestão. Temos hoje outro evento que é o Premia Sampa – não sei se vocês conhecem -, e a cerimônia está sendo neste exato momento, por isso a Secretária Marcela Arruda não pode estar aqui, porque ela está lá na premiação. É uma iniciativa conjunta da Secretaria de Gestão e da Secretaria de Inovação e Tecnologia, então estão lá os dois Secretários e o Sr. Prefeito para entregar os prêmios aos vencedores do Premia Sampa, que é regularmente organizado esse prêmio.

Muito bem. Nós estamos aqui para conversar sobre o PL 645/2022 e gostaria de começar fazendo alguns comentários sobre a proposta de carreira Agente de Posturas Municipais ou Agente Vistor. O primeiro esclarecimento é que a mudança de nome é necessária, conforme me explicou nossa Coordenadora Geral de Pessoas, que está aqui também, da Cogep, Márcia Morales.

Também está presente o nosso Procurador Chefe da Procuradoria, Dr. Cristiano Barbirato; e o Tiago Ferreira que é da equipe da Cogep responsável por toda a organização dos dados, das informações, enfim, que trabalham lá, trabalharam bastante e vão me ajudar aqui, se eu me enganar com alguma informação ou faltar alguma coisa.

A Márcia me explicava, ainda hoje cedo, que a mudança de nome é necessária porque a mudança é por opção, então quem continuar e não fizer a opção tem que ter um nome diferente para poder organizar todo o pagamento, as informações, a progressão etc. Então esse é o primeiro ponto.

O PL, assim como o 428 que já foi aprovado, lei já sancionada, traz uma proposta de modernização do sistema de remuneração na Prefeitura de São Paulo, que é a adoção do subsídio, a adoção do subsídio como forma de remuneração. Primeiro, o subsídio é previsto na Constituição Federal como uma remuneração que é feita em parcela única, que não admite outras parcelas e isso dá uma transparência muito grande e uma possibilidade de previsão orçamentária que é muito importante para a gestão das finanças públicas e a transparência que devemos à sociedade.

O que é o subsídio? É aquela... o que está escrito é a remuneração, ficam extintos

os quinquênios, os anuênios e passa a ser uma tabela com o valor que será realmente pago. Isso foi feito para várias outras carreiras, todas as carreiras.

Agora estamos propondo para agente vistor. O que fica faltando são as carreiras de Procurador, de Auditor Fiscal e da Educação, então essas são as únicas que ainda não estão no regime de subsídio. E aqui a ideia é de aprovar este PL que leva para o regime de subsídio a carreira de Agentes Vistores.

O grande ganho disso é essa transparência e gestão das finanças públicas com maior previsibilidade; simplifica muito todo o sistema de pagamento. No cálculo, o valor pago hoje a título de gratificação de produtividade fiscal, foi incluído integralmente na nova tabela. Então, para todos os níveis, foi incluído o valor total da gratificação de produtividade fiscal, o que dá um aumento considerável no valor que é proposto.

Eu vou mostrar os dados e peço a vocês que aguardem, antes de rir, porque nada melhor do que dados em vez de risadas. O dado é o seguinte: a remuneração atual inicia com R\$ 2.100,63; na nova proposta, ela vai a R\$ 7.000,00 no nível inicial. A remuneração final, hoje, no QAV13, é de R\$ 3.560,00; na nova proposta, o mesmo nível vai para R\$ 11.292,00. E tem mais: existe a possibilidade de crescimento de outros quatro níveis além do que QAV13.

Esses valores que eu falei do atual são o padrão de remuneração. Se somarmos a produtividade, que é máxima em todos esses níveis, que é de R\$ 4.869,48, isso dá uma variação, uma amplitude salarial. Atualmente, considerando que todos ganhem a produtividade máxima, a amplitude salarial é a diferença entre a remuneração e a inicial da carreira, ou seja, a perspectiva de crescimento da remuneração. Atualmente, essa amplitude salarial passa de R\$ 6.970,11, o inicial mais a produtividade máxima, para até R\$ 10.436,83 no QAV 13, ou seja, no topo, no último nível da carreira. Isso dá uma amplitude de 49,7%.

O que é amplitude salarial da carreira? A diferença entre remuneração final e remuneração inicial, é quanto a pessoa pode crescer em remuneração ao longo da sua vida laboral. Na nova proposta, essa porcentagem de qual é a diferença do final para o inicial, ou seja, a perspectiva de crescimento, é de 102%. Então está mais do que dobrada a possibilidade da

remuneração atual para a nova proposta; 102% se considerarmos a inclusão da bonificação que está sendo criada. Mesmo sem considerar, é de 86,8% essa amplitude da carreira.

Então tem aqui uma proposta real de aumento da valorização da tabela que está sendo encaminhada no PL 645/2022. Dos servidores ativos atuais, que são 324 efetivos mais 8 admitidos - nós estamos contando aquele admitido por ação judicial já como efetivo -, dos 332 servidores ativos, se pegarmos as referências QAV 5 a 10, que é em que está concentrado o maior número deles, porque o último concurso, a sua validade foi até 2004, portanto as pessoas já estão nesses níveis da tabela. Então, considerando esses servidores, 76% têm ganhos com a nova proposta.

Lembrando sempre que a nova proposta é opcional, cabe ao servidor, à servidora fazer a opção pela nova proposta, tem 90 dias para isso.

Esse é um dos dados: 76% dos que estão nesses níveis, que é a grande maioria, terão aumentos, ganhos com a nova proposta, os que estão entre o QAV 5 e 10. Inclusive temos aqui a tabela: 21 terão ganhos até R\$ 500,00; 55 terão ganhos entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00 por mês; 98 terão ganhos entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00 por mês; e 29 terão ganhos superiores a R\$ 1.500,00 por mês, sem considerar a bonificação. Isso ainda deve ser acrescido da bonificação que está sendo criada no valor de R\$ 6.500,00 semestrais, o que dá um pouco menos de R\$ 1.100,00 por mês, que ainda cresce a esses valores daqui.

Então, com a nova proposta, os que optarem terão esse aumento e mais: como estão sendo criados quatro níveis adicionais, tem a perspectiva de crescimento e tem também os que estão no QAV 13, 82% dos que estão no QAV 13 têm condições de progressão imediata a partir de 1º de janeiro, então teria mais um aumento. Se optarem, podem ter essa progressão em 1º de janeiro. Estou falando de 82% dos servidores ativos que estão no QAV 13, ou seja, já estavam no topo da carreira, da remuneração, e, com a possibilidade da criação dos quatro novos níveis, podem crescer e já em janeiro, além daquilo que eu já falei, que são aqueles valores a que eu já me referi, a bonificação, o reajuste. Então aquilo é o valor da remuneração, a bonificação que passa a valer, e a progressão a partir de janeiro de 2022.

Os inativos, 14% dentre eles, também têm ganhos com a nova proposta, então a proposta realmente... Bom, mas também já estão com remunerações mais altas e a nova proposta valoriza muito mais aqueles que estão em atividade.

O impacto disso é de cerca de R\$ 16 milhões para o ano de 2023. O número exato é R\$ 15.890.829,70. Houve uma pergunta, por que há diferença de cálculo de impacto de uma versão para outra. Isso é porque na primeira versão foi calculada apenas a remuneração aumentada; na segunda foi... Este impacto aqui leva em conta todos os outros itens que compõem a nova forma de remuneração, o somatório de todas as rubricas de pagamento que acompanham a nova proposta. Por isso tem essa diferença no impacto, mas, eu repito, o impacto é de quase R\$ 16 milhões para 2023, isso considerando também já o pagamento da bonificação.

O cálculo dessa bonificação está definido no PL 645 que inclui um valor referencial geral, um índice de cumprimento de meta e, como toda bonificação por desempenho, o índice de efetivo exercício. Não faz sentido pagar uma bonificação para quem não estiver em efetivo exercício ou tiver se ausentado. Então são os dias efetivamente trabalhados.

A métrica e o cálculo serão definidos por decreto. As metas, por exemplo, são atribuição da SM-Sub, da Secretaria, que é a gestora da carreira. Não é atribuição da Secretaria de Gestão. Isso então será definido em decreto, mas está no PL já a composição dessa bonificação de desempenho, gratificação de desempenho de fiscalização - estou falando o nome correto, Tiago? (Pausa) É isso, Márcia? Sim? (Pausa) - que é composta pelo valor referencial, de até R\$ 6.500,00, por semestre, o índice de cumprimento de meta. As metas serão definidas pela SM-Sub, que é a Secretaria das Subprefeituras e ainda ponderadas pelo índice de efetivo exercício como é justificável numa gratificação de desempenho.

Eu acho que esses são os principais pontos que eu gostaria de esclarecer. Fico à disposição para novas perguntas.

Estou vendo o pessoal da saúde reivindicando esse PL, assim como os demais, pretendem uma valorização das carreiras e foi elaborado em conjunto com a Secretaria responsável pelas carreiras, dentro dos limites fiscais possíveis. Então o que a saúde considerou

foi incluído, que é a valorização dos plantões na saúde. O PL traz esses dois assuntos. Todos os temas mais específicos da atribuição das carreiras etc., é de competência da própria Secretaria finalística que rege a carreira.

Estou à disposição dos Vereadores e da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Secretária.

Denise, você quer se pronunciar?

A SRA. DENISE SOARES RAMOS – Presidente, está me ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O som ainda está muito ruim.

A SRA. DENISE SOARES RAMOS – Saí e entrei, melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Não.

A SRA. DENISE SOARES RAMOS – Acredito que a fala da Secretária Regina já expõe bem a ideia do Governo, do Prefeito Ricardo Nunes, no sentido de valorização das carreiras da municipalidade. É uma política de transparência na remuneração e da valorização que tem de ser implementada carreira a carreira, na medida em que as próprias partes também conseguem subsidiar e dar as diretrizes.

Então acho que a Regina já foi bem didática na exposição. Como o meu som também está ruim, se o senhor estiver satisfeito, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Está *ok*. Obrigado, Denise. Vamos escutar agora o João Gabriel, do Sindsep.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES BUONAVITA - Bom dia. Primeiro, quero cumprimentar o Vereador Toninho Vespoli, o meu companheiro representante dos agentes videntes. Cumprimento os servidores da Casa e a representação do Governo, na pessoa da Secretária Adjunta. Mas primeiro fazer uma saudação especial aos servidores e servidoras públicos que estão hoje fazendo um conjunto de reivindicações que é absolutamente legítimo.

Quero dizer que, mais uma vez, infelizmente, nós temos de trazer para esta Casa, Vereador, uma discussão que é negocial, que é da relação de trabalho e Governo, que infelizmente deixa de acontecer no processo de mesa de negociação para ser trazido num

contexto extremamente difícil, que não traz, normalmente, bons resultados.

Aqui nós temos de fazer a discussão num processo de disputa com diversos Vereadores. Vejo como natural, faz parte do processo democrático, mas a discussão vem para cá crua, porque perdemos a oportunidade de fortalecer os vínculos entre a força de trabalho da Prefeitura e a Administração, deixando de avançar em pontos que são fundamentais. Eu acho que a própria natureza do projeto revela isso.

É importante que todos os servidores e servidoras presentes saibam que o projeto trata de diversos aspectos relacionados a várias carreiras do funcionalismo, o que dificulta, inclusive, a nossa capacidade de nos aprofundar nos temas. Muitas vezes, faz com que os servidores não consigam compreender que todos os pleitos que surgirem aqui serão legítimos, porque são frutos do processo de trabalho.

A primeira coisa que eu coloco com tranquilidade, Secretária, é que o conjunto de servidores presentes está solidário com os agentes vistoristas em luta nesta Casa. (Palmas) Temos, além dos agentes vistoristas, os trabalhadores da medicina veterinária, agentes de saúde, trabalhadores de laboratório, enfermagem, agentes de apoio atuais, assistentes de suporte operacional, trabalhadores da rede hospitalar assistencial, todos com pleitos legítimos.

Creio que a primeira questão, não vou aprofundar porque o companheiro já fez um trabalho extraordinário com o pouco tempo que tivemos para analisar. O caminho que defendemos, Secretária, é que essa discussão seja feita, concluída e esgotada na mesa de negociação instituída por lei.

Há uma lei, a Lei do Sinp que prevê o Sistema de Negociação Permanente. Nós acreditamos que no novo contexto que estamos instaurando no país, a partir de 1º de janeiro, que nós retomemos negociações coletivas no nosso país, no setor público com a implementação que o Brasil assinou com a Organização Internacional do Trabalho, que é o direito da negociação coletiva no setor público.

Hoje, nós estamos enfrentando esta discussão por conta da ausência, do esvaziamento do processo de negociação, com consequências que são devastadoras. Tivemos

um processo intenso de discussão em julho e agosto, com o conjunto de propostas que foi encaminhado para cá. No único processo de reunião que nós tivemos, não vou classificar como negociação porque nós não concluímos, foi uma apresentação de intenções e o projeto foi encaminhado.

Já naquele momento, havíamos alertado que havia problemas nas tabelas, que não dialogavam com a realidade. Qual foi o resultado disso? As tabelas aprovadas na saúde não existiam. O RH, na hora de implementar, ficou impossibilitado, porque havia erros que impediam as tabelas de serem aplicadas para os trabalhadores da saúde, ou seja, jornadas de trabalho que não existiam na Prefeitura da São Paulo. Aconteceu que o projeto voltou para correção. É muito importante que a Administração assim o faça, que reconheça o problema e proceda às correções.

A primeira questão é saber se esta Casa reconheceu a data-base para todas as tabelas salariais e efeitos pecuniários que estavam no projeto de agosto.

A primeira pergunta que a gente quer fazer é se as correções das tabelas estão garantidas, porque não ficou clara para nós, Secretária, para esses trabalhadores que não tiveram o direito no projeto de agosto por erro? A Administração está reconhecendo, está garantida a retroatividade para 1º de maio? Se não tiver, nós estamos aqui reivindicando o tratamento igualitário.

A pergunta é se está garantida a retroatividade para 1º de maio aos agentes vidores, seja qual for o resultado desse processo? Já ficou evidente com a manifestação dos trabalhadores que não estão satisfeitos.

Está garantido o 1º de Maio? Foi garantido isso à Guarda Civil Metropolitana, com todos os problemas que tivemos na negociação? Em todas as tabelas de agosto está garantida a retroatividade a 1º de maio. Nós queremos saber se está garantida para os agentes vidores também? Acho que é uma questão importante. Tem de ser 1º de maio, esse reconhecimento é fundamental, porque todos os servidores que tiveram projetos tratados nesta Casa, tiveram reconhecimento da data-base, não pode haver distinção.

A segunda questão, trata de que nós estamos aqui, Secretária, num momento ímpar para a saúde, que teve na linha de frente, durante a pandemia da Covid, nos hospitais, na atenção básica dando suporte ao momento de crise, os trabalhadores que estiveram na Vigilância Sanitária foram fundamentais no processo de crise sanitária. O reconhecimento da nossa batalha de 14 anos, pela revalorização do plantão extra que estava congelado desde 2008. Os trabalhadores que foram convocados para trabalhar na pandemia, com valor de plantão extra congelado desde 2008, sem direito a vale transporte e vale refeição. Mesmo assim, estiveram presentes na rede hospitalar trabalhando.

É imprescindível, neste momento ímpar, que a Administração reconheça esse direito que vimos batalhando, há 14 anos, por esses trabalhadores da saúde que foram não por ato de heroísmo trabalhar, pagando para trabalhar, mas foram porque tinham comprometimento.

Nesse sentido, percebemos que é um momento importante para o reconhecimento da valorização do plantão extra que está no projeto, ou seja, a necessidade do reconhecimento da luta desses trabalhadores e trabalhadoras. Nós temos, Secretária, na rede hospitalar um conjunto de carreiras multidisciplinares que é da natureza do Sistema Único de Saúde.

Nessa tabela não está presente um trabalhador, fundamental nas relações de trabalho, que é o agente de apoio atual assistente de suporte operacional. Esse trabalhador está em funções operacionais, mas não só. Está nos balcões de atendimento dos hospitais e prontos atendimentos, ele exerce funções administrativas, está em cada uma das áreas de assistência da Secretaria Municipal de Saúde. Nós temos hoje em torno de 1.700, salvo engano, trabalhadores que estão ombro a ombro no processo de atendimento. Inclusive, estão nas subprefeituras, em vários outros os setores.

Entendemos que é discriminatória a ausência do agente de apoio, atual ASO, na tabela do plantão extra. A ausência desses trabalhadores passa uma mensagem que é lida como “você não são necessários, não precisam estar aqui” quando, na verdade, todo conjunto de trabalhadores do Município de São Paulo reconhece a importância do agente de apoio. Não há um único servidor da Prefeitura que não tenha trabalhado com o nível básico, que não sabe

como é importante a atuação desses profissionais que já estão com sua remuneração extremamente defasada.

É fundamental, tenho certeza de que todo o conjunto de trabalhadores reconhece e entende a importância do agente de apoio, o atual ASO, nessa tabela. Não é um impacto grande, mas vai ser uma mensagem do Governo Municipal de que reconhece esses trabalhadores e entende da sua importância.

Como último ponto que considero fundamental, creio que a Gestão e a Secretaria de Saúde fizeram o exercício de refletir sobre as nossas manifestações ao longo de agosto, reconheceu a necessidade de tratar da valorização do plantão extra. Entendemos que esse movimento é importante, ainda com as questões que apresentamos. Nós valorizamos isso.

Há um aspecto que a gente tratou em agosto, sem conseguir avançar, mas que a gente entende que a Administração ao fazer essa reflexão pode sim incorporar nesse projeto a garantia de reabertura de opção de jornada para os médicas e médicos veterinários, que atuam na Vigilância Sanitária e na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Hoje, em que pese tenham sido contratados em jornadas de 20 horas, 24 horas e até J36, um número muito pequeno, a grande maioria, quase 50% desses trabalhadores, já estão atuando na jornada a 40 horas.

Há profissionais atuando na jornada de 40 horas desde o primeiro dia que pisaram na Prefeitura, ou seja, fizeram o concurso para J20, pisaram na Prefeitura e começaram a atuar na J40. A gente entende que é um equívoco da Administração do passado que subdimensionou no momento da contratação. Os tempos mudaram, houve aumento da necessidade da presença desse profissional nas UVs, na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, e a própria Administração teve de se adequar.

O mecanismo utilizado foram os cargos que hoje são a tabela CDA e foi utilizada a JET uma ferramenta de complementação de jornada. O que era para ser uma complementação passou a ser algo permanente. Há pessoas com 10 anos na JET, há outras pessoas que estão desde que pisaram aqui.

A mesma situação é a dos agentes de saúde em laboratório. A gente tem uma

defasagem imensa nos laboratórios públicos da cidade. Aos profissionais que hoje atuam em jornada J30 há uma demanda imensa para que se ofereça a jornada de 40 horas. A Administração em alguns momentos, ao longo da história, já reconheceu. Em 2014, houve uma saída que foi a permanência da jornada especial, da JET, para quem estava há cinco anos foi feita a incorporação. Essa decisão foi insuficiente, porque todos os profissionais que faziam complementação e que haviam sido convocados a exercer cargo de chefia foram excluídos.

Eram profissionais que atuavam 40, assumiram a chefia e ficaram de fora. Foi um erro da Administração não reconhecer esses profissionais. Eles continuaram, alguns que saíram da chefia passaram a exercer via JET.

Hoje, nós entendemos que a saída, que já aconteceu no passado, seria a reabertura de jornada. A gente já teve essa conversa com a Secretaria de Saúde, nós entendemos, na conversa, que há abertura para isso. A preocupação com a dotação orçamentária é importante, tem de ter previsão. Nós compreendemos isso. Mas todo processo de discussão orçamentária deste ano e o processo de discussão orçamentária em curso diz que todos os pleitos que estamos apresentando aqui e os que vão ser apresentados no microfone, pela categoria, cabem no orçamento deste ano e no de 2023.

Dá para valorizar os agentes vistoristas, o nível básico, reconhecer a jornada de trabalho de quem já está atuando com 40 horas e nós sairmos daqui com um avanço para política pública.

Esse é o pleito dos trabalhadores que o Sindsep veio apresentar, respeitando todos os pleitos que têm legitimidade de ser apresentado neste microfone. Dizer que esta é uma oportunidade ímpar de a Prefeitura de São Paulo reconhecer esses trabalhadores que estão presentes nesta audiência e todos aqueles que nos acompanham na audiência virtual.

Agradeço a palavra. Agradeço à Secretária e ao Vereador Professor Toninho Vespoli. Espero que consigamos, nesse processo – que, ao que tudo indica, vai ser muito rápido, pelo desenho que ouvimos do Colégio de Líderes. Que seja rápido, mas não seja rápido para atropelar os interesses dos trabalhadores do Município de São Paulo.

Muito obrigado e desejo uma ótima audiência. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sr. João.

Quero anunciar que o Vereador Fabio Riva está *on-line*. Fique à vontade, Vereador, se quiser se pronunciar.

Nós vamos ouvir, agora, o Sr. Mário, da Savim, mas, ao final de sua fala, nós vamos encerrar as inscrições. Então, quem quiser já se inscrever, é favor fazê-lo aqui, ao lado. Tem a palavra o Sr. Mário.

O SR. MÁRIO ROBERTO FORTUNATO – Agradeço a presença da Secretária-Adjunta, Dra. Regina, do companheiro João, do Sindsep, e de todos os presentes. Agradeço especialmente ao Vereador Professor Toninho Vespoli e ao Líder do Governo Fabio Riva, por terem proporcionado esta audiência pública.

O João me deu uma boa notícia, agora. O projeto veio sem discussão com ninguém. Eu achei que era só conosco. O *bullying* não é conosco, então. É com todos os funcionários. Realmente, é uma coincidência esses projetos virem para a Câmara e serem atropelados. Temos um tempo exíguo para poder discutir, para poder apresentar nossos pleitos. Enfim, vamos tentar ver o que acontece.

Eu gostaria de começar, para explicar quem é o agente vistor, porque parece que o pessoal de gestão não sabe quais são as nossas funções. Pelo fato de o próprio nome “agente vistor” ser um pouco ambíguo, muita gente não sabe quais são as nossas funções e eu vou tentar explicar. O agente vistor é o servidor público responsável por fiscalizar as leis geradas nesta Casa. Ele é o responsável pela efetividade das normas relativas ao Código de Obras, posturas e zoneamento.

A palavra fiscalização, senhores, tem um sentido amplo. Todo cidadão é um fiscal em potencial. Qualquer cidadão tem direito de denunciar uma obra irregular, um passeio quebrado, um esgoto a céu aberto, excesso de ruído causado por um estabelecimento. Enfim, fiscalizar significa cuidar da cidade. Denunciando essas irregularidades, a pessoa ainda está

exercendo a sua cidadania e é dever do estado dar uma resposta ágil, eficaz e eficiente para a demanda dessa pessoa.

Na cidade de São Paulo, as respostas são dadas pelo trabalho dos agentes vistoros, pois é o agente vistor que tem poder de polícia administrativa, para proceder às autuações necessárias, quando for o caso. Esse poder lhe é dado, pois ele prestou um concurso público de nível superior para exercer essa função. Uma comprovação disso foi a inclusão da nossa carreira no Código Brasileiro de Ocupações, com a sugestão de que todos os municípios adotassem o nome de “fiscais de atividades urbanas”, que é mais condizente com o que fazemos. Esse nome é adotado por várias cidades e capitais. Portanto, São Paulo, a maior cidade da América Latina, vai na contramão dos avanços, insistindo na denominação de “agente de posturas”, nome que não condiz com a importância da carreira.

O agente vistor, senhores, é a voz, é a imagem do Governo, ali, na ponta, e tem o dever de agir com responsabilidade, urbanidade e ética. Um exemplo prático do que acontece quando falta uma fiscalização efetiva é a possibilidade de trágicos eventos. Vou lembrar a tragédia da boate Kiss, entre outras. Outro exemplo é o risco de uma nova legislação importante, como a das cozinhas industriais, as *dark kitchens*, não proteger a população como deveria, caso não haja uma fiscalização. Os senhores discutiram as *dark kitchens*. É grande coisa, mas, se houver muita demanda, nós vamos conseguir resolver isso? Não sei.

Portanto, senhores, para que possamos exercer nossas funções com eficiência e eficácia, nós precisamos de uma estrutura que nos forneça meios para que isso ocorra. Na década de 1980, a lei que criou a carreira previa 1.201 agentes vistoros e a cidade contava com oito milhões e meio de habitantes. Foi em 1980. Hoje, em 2022, nós temos 334 fiscais para uma população de 12 milhões e meio de habitantes. Isso mostra a falta de vontade de todos os governos anteriores em dotar a cidade de uma fiscalização à sua altura, ignorando, portanto, os agentes vistoros no ordenamento urbano.

Esperamos que saia em breve o edital prometido para um novo concurso, conforme divulgado por essa Administração, que é dona da escrita. Sempre seremos propositivos, pois

constantemente apresentamos propostas de melhorias na execução das nossas funções, para atendimento à população. Cito como exemplo o sucesso do sistema de gerenciamento e fiscalização, que é uma ferramenta eletrônica para realizar atendimento às demandas e possibilitar auditorias dos nossos trabalhos, dando-lhes maior transparência e eficácia. Informatizar o trabalho de fiscalização foi uma proposta que partiu dos agentes vistores, Secretária, desde 2005, quando foi realizado um trabalho a pedido do então Sr. Secretário de Subprefeituras, Sr. Walter Feldman. Após várias tentativas e muitos milhões gastos pela Prefeitura e pela Prodam, apenas em 2016, praticamente 10 anos depois, e só depois da entrada de um grupo de agentes vistores para ajudar na viabilização do sistema, essa implantação foi concretizada. O sistema ajuda – e muito –, mas, sem a presença do agente vistor, nada vale.

Hoje, repetindo, temos apenas 334 profissionais atuando na área, atendendo os contribuintes, o Ministério Público, a Ouvidoria, o Tribunal de Contas, a pedidos dos próprios Vereadores, a pedidos dos Subprefeitos, além de demandas de outros órgãos de estado. Com toda a responsabilidade, não temos um plano dentro da carreira que possibilite a ascensão a cargos mais altos e falta legislação, prometida há anos. Vários governos desmotivam e impedem que a Prefeitura preste um serviço de excelência.

Assim que o atual Prefeito assumiu, senhores, demandou-se que apresentássemos uma proposta de expansão da fiscalização orientativa, nos moldes que havíamos proposto, que foram aceitos pelo então Vereador Ricardo Nunes e implantados para a fiscalização das MEIs. Agora, como é o Prefeito, sua intenção era de estender gradativamente a fiscalização orientativa para outras leis. Apresentamos uma proposta que foi aceita e a promessa foi de que o projeto de fiscalização orientativa caminhasse com o projeto de uma nova estrutura de fiscalização. No entanto, vimos a aprovação de fiscalização orientativa por nós proposta em agosto deste ano, por meio da Lei 17.841, mas no projeto uma nova estrutura para fiscalização foi esquecida, para dar lugar a esse PL 645, que não contou sequer com uma discussão prévia e que não foi sequer apresentado para os representantes da categoria antes de ser encaminhado para esta Casa.

Lamentavelmente, para nossa surpresa, além de não reconhecer o valor do nosso trabalho, sutilmente modifica nossas atribuições, contrariando o constante no edital do concurso que nos conduziu a este cargo. Portanto, é crucial a alteração de alguns pontos.

Primeiramente, há a denominação da carreira para “fiscal de atividades urbanas”, conforme a CBO descreve nas competências. O artigo 6º teria de ser alterado para deixar claras nossas funções constantes, com adequação da carreira, e até aqui respeitada por todas as administrações posteriores. Vamos ter de modificar, também, o artigo 19, § 3º. Lá diz que não vamos (ininteligível) no plantão. Como assim? Nós trabalhamos durante a Covid. Nós fomos linha de frente. Trabalhamos diuturnamente. Nós temos plantão noturno, comandos – e não vamos receber por isso? Tem de ser mudado, sim: colocar em regulamentação em 180 dias. Isso é importantíssimo.

Em especial, é preciso alterar a tabela de propostas de vencimentos, porque, com toda a demanda a que temos de atender, com todo o conhecimento que temos de adquirir, com toda a responsabilidade na carreira de estado, fomos contemplados com uma faixa salarial abaixo de qualquer outra carreira de nível superior. Citamos como exemplo a tabela de analistas e fiscais de serviço, fiscais da Selimp, antigo Limpurb. Eles vão constituir fiscais, profissionais que cuidam de fiscalizar apenas uma – repito, apenas uma – das nossas leis, a Lei de Limpeza. E são concorrentes. Não tiraram nossas atribuições. No entanto, eles são muito mais valorizados. A carreira deles está lá em cima.

Eu vou citar algumas coisas. O Secretário falou um monte de números. Eu sou meio ruim de matemática, mas dou só um exemplo. Hoje, pela Lei 17.841, de 2022, aprovada agora, nosso salário-base, mais o padrão, totaliza R\$ 6.970,00. A tabela proposta, QAPM1: R\$ 7.000,00 – valorização de R\$ 30,00. Fantástico! O 2...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MÁRIO ROBERTO FORTUNATO – Sim, depois eu posso passar para a senhora.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MÁRIO ROBERTO FORTUNATO – Sim, mas, eu passaria, novamente.

Então, o valor é o seguinte: faixa 1, padrão – R\$ 2.100,63; produtividade – R\$ 4.869,48; subtotal – R\$ 6.970,11; tabela proposta, QAPM1 – R\$ 7.000,00.

A SRA. REGINA PACHECO – Mais a bonificação, que você não está contando...

O SR. MÁRIO ROBERTO FORTUNATO – Calma.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MÁRIO ROBERTO FORTUNATO – Sim. Eu posso terminar, moça?

Seguindo, todas as carreiras têm, depois do segundo, um... Vai para três ou quatro, mas QPA... Vou citar um qualquer: QPA6, nível 6 – o que nós ganhamos, hoje? São R\$ 7.499,41. O que está proposto? São R\$ 8.261,00. No meio, há pequena valorização. Nas pontas, não há.

Com relação a essa tabela que nós temos, devemos nos lembrar de que temos uma sexta-parte e conclames que estão congelados por conta da lei federal, que seriam desbloqueados agora, a partir de 2023. Então, de cara, nós já temos 20%, aqui, que são direito nosso. Quando houver subsídio, vai se tirar. Como nós falamos com a Administração, nós somos a favor do subsídio, sim, desde que não tirem os nossos direitos. Ele já está tirando, aqui, um direito nosso, de 20% ou mais, se contarmos o quinquênio.

Em segundo lugar, vamos trocar uma produtividade por um plano de metas. Ou seja, se trabalharmos, recebemos. Não temos garantias de quais serão essas metas, porque não temos estrutura. Não temos chefia própria. Estamos à mercê de qualquer pessoa que vai chegar lá e vai levar meta impossível. Grande coisa! Fora isso, vamos ter mil reais por mês, em média, para quem está na ativa. Não vai ser incorporado. Não se vai deixar para os aposentados, que vão perder.

Enfim, desculpem a palavra, mas essa tabela, para mim, é um escândalo. A Prefeitura mandou para pôr isto, aqui, abaixo de qualquer nível superior e considerando uma coisa: que colocasse (ininteligível), mas mil e pouco que teremos não chegam ao nível superior – isso, se fizermos as metas. Não temos a garantia de que essas metas serão alcançadas, porque não temos chefia própria. Não temos uma estrutura condizente com isso.

Então, gente, nós estamos contando com os senhores para nos apoiar na função de ordenamento da cidade. Quem cuida da cidade cuida das pessoas. Somos nós, servidores públicos, todos nós, não só os agentes vistoristas, mas o pessoal de saúde e todos. Nós cuidamos das pessoas e quem cuida das pessoas cuida da cidade. É para isso que estamos aqui. Essa é a nossa missão e nós nos orgulhamos dela. Queremos ser reconhecidos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sr. Mário. Agora, nós vamos escutar os inscritos. Então, vamos chamar alguns virtuais e depois chamaremos alguns presenciais. Está bem? Há alguns virtuais que não estão na sala, mas somos obrigados a chamá-los, caso eles entrem.

Então, o primeiro orador é o Sr. Dráusio dos Santos Vida. (Pausa) Não está. A segunda é a Sra. Claret Fortunato. Quer se pronunciar?

A SRA. CLARET FORTUNATO – Bom dia a todos. Obrigada, Vereador, pela oportunidade. Quero agradecer ao Líder do Governo, também, como tem se empenhado para tentar corrigir as injustiças da nossa carreira. Parabênzo o Mário pelas falas. Abordou muito bem os pontos principais do que achamos divergente, do que nós pensamos e do que o Governo pensa. Na verdade, é como o João falou: fica difícil uma discussão, agora, atabalhoada, quando nós temos meses de negociação para resolver os projetos, e os projetos chegarem à Câmara com o mínimo de discussão possível.

Como o tempo é curto, eu gostaria de acrescentar à fala, dizendo que, por conta da fiscalização da cidade de São Paulo, a Prefeitura cobra de todos os comerciantes, da indústria e de prestadores de serviço uma Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos. A possibilidade de cobrança dessa taxa é por conta do serviço que os agentes vistoristas fornecem para a capital.

No entanto, temos, lá, no *site* da Secretaria da Fazenda, que a arrecadação, agora, em outubro, chegou a R\$ 204.320.990,00. Essa proposta que o Governo está oferecendo não chega a 5% do que se arrecada mensalmente com a contribuição. Não chega a 5% anuais do que se arrecada com a contribuição dessas taxas. Então, a Prefeitura meio que engana a

população, os comerciantes, dizendo que cobra uma taxa para manter uma fiscalização ativa, quando, gradativamente, essa fiscalização vem sendo desmontada.

Se há uma necessidade de mudança de nome, por conta de opção que tem de ser feita, então coloque um nome condigno para a carreira. Nós somos fiscais de atividades urbanas, o que é reconhecido pela CBO em um estudo que foi feito pela FIPE, com o Ministério do Trabalho. No entanto, colocam a denominação de fiscal, por exemplo, no agente fiscal de serviços, que é uma atividade que está sendo descontinuada, e relutam em colocar o nome de fiscal para os reais fiscais de atividades urbanas. Isso é muito grave, porque a Administração vem tentando, de alguma maneira, transferir competências da fiscalização para outras carreiras. Nós já tivemos cancelamentos de autos de multas feitos por comissionados incluídos no sistema de gerenciamento de fiscalização. Então, a falta de uma identidade para a fiscalização de São Paulo é muito grave. Vários municípios já estão corrigindo essa deficiência e o Município de São Paulo está indo na contramão desse avanço.

Então, era isso o que eu queria dizer e eu não entendi quando a Secretária falou que a diferença de impacto que foi apresentada no final do ano passado, para 361 agentes vixtores atuais, foi de R\$ 1.360.000,00, e, agora, com 332 agentes vixtores, foi apresentado impacto atual de R\$ 3.184.000,00. Pelo que eu entendi, ela disse que não tinha sido considerada a produtividade, o que não é verdade. Há, lá, o SEI, onde estão esses dados. Então, é uma coisa muito estranha. Já que estamos brigando por transparência, temos de entender o porquê dessa diferença em nove meses de apontamento.

É basicamente isso. Muito obrigada a todos. Espero que as injustiças sejam corrigidas.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Sra. Claret, dá para repetir o número que a senhora falou, o que recebe a Prefeitura, em outubro, pelo TFE?

O SR. MÁRIO ROBERTO FORTUNATO – São R\$ 204.320.990,00. Posso acrescentar a Taxa de Fiscalização de Anúncios?

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Depois, o senhor vai ter a fala novamente.

O SR. MÁRIO ROBERTO FORTUNATO – Não, só estou dizendo o número.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Está bem.

O SR. MÁRIO ROBERTO FORTUNATO – Esse número do TFE, que ela apresentou, foi de R\$ 204.320.990,00. Também há a Taxa de Fiscalização de Anúncios, que somos nós que fiscalizamos. Estranhamente, são R\$ 22.074.217,00. Eu falo “estranhamente”, porque 22 milhões uma cidade como São Paulo com tantos anúncios, acredito que tem gente que não está pagando, mas em todo caso, como a gente não tem número para fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) -Ok. Obrigado Mário. Próxima inscrita Sra. Eunice Santos Braz (Pausa) Quer se pronunciar? Caso você queira, em algum momento, fale no microfone; Sra. Cibele D’Elia (Pausa) Ausente; Sra. Nancy Marani (Pausa) Ausente; Sr. Luiz Uemoto (Pausa) Ausente; Sra. Nilce Franzini. (Pausa) Ausente. Sra. Joina da Silva Alves.

A SRA JOINA DA SILVA ALVES - Bom dia Vereador Professor Toninho Vespoli, muito obrigada pela oportunidade, está sempre do lado dos servidores. Obrigada pela sua luta.

Sou Agente Vistora e o que eu não consigo entender é o seguinte: nós temos um Projeto de Lei 163. O que fala esse projeto de lei? Que passou na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Administração Pública, falta o Orçamento. Esse projeto de lei é muito simples. São seis folhas, nada mais é do que a correção do nosso salário padrão e a correção da produtividade. A gente precisa da boa vontade do Prefeito para aprovar. Essa luta é desde 2019, o relator é o Vereador Isaac Félix. De repente vem essa proposta da Prefeitura, não podem dizer que não sabiam de nada, porque eu conversei com a Secretária do Secretário Fabrício numa reunião. Eu e alguns Agentes Vistores.

Nós conseguimos – porque sou entrona, eu vou chegando - paralelamente estou ajudando o sindicato, por que se é bom para nós, é bom para todo mundo. Aí vem essa tabela de subsídios e fala o quê? Joina você não vai ter o seu salário padrão corrigido - atualizado

gente, inflação que eu estou falando, não é aumento não. É conforme Art. 37 inciso 10 da Constituição. É só cumprir a Constituição. Só isso. Porque quando você não corrige a inflação, você vai perdendo o poder aquisitivo. Você vai empobrecendo o servidor. É só isso. Vem e fala: você não vai ter seu salário padrão aumentado, a sua produtividade eu vou fixar, o cálculo vai ser em cima de 3100 e daí o seu novo salário será esse. O meu salário atual, ele é mais do que esse que estão me oferecendo. O meu salário está defasado desde 2016 e a Prefeitura me apresenta isso. Ah, Joina fica tranquila você não vai perder. Por quê? Porque você vai ter um subsídio complementar, uma vantagem, sei lá. Não vai perder. O total está garantido. Só que, se não aumentam nem o salário, que dirá essa outra que daqui a pouco vai ser o valor de um cafezinho. A nossa carreira está sendo preterida desde 1900 e bolinha. Quando o Jânio fez a produtividade era 30. Quando a Marta fez o concurso, ela fez o salário médio. Todas as carreiras de fiscal, IR, ISS, ICM eram de nível médio, depois viraram de nível superior como a nossa. Só que o salário apresentado pela Marta, com todo respeito, foi de salário médio e nós brigamos por isso, não podemos. Eu com três faculdades, uma pós, ganhar um salário médio. Eu não saí da minha empresa multinacional General Motors para vir trabalhar na Prefeitura para ganhar uma miséria. Não foi essa minha proposta fim de carreira. Então o eles fizeram? Ela criou um salário intermediário e a produtividade, que é a parte flexível, que qualquer um pode mudar quando quiser, ela reduziu de 53, que nós tínhamos conseguido naquela época, para 25. A nossa carreira quando começou era 30. Hoje, com 20 anos de Prefeitura, desde aquela época brigando, estou sempre aqui na Câmara conversando com o Vereador - converso com a Debora porque não consigo te encontrar, mas estou sempre aqui - o que acontece? Nós não conseguimos jogar esse 53, pelo menos fazer justiça, sair do 34 que é hoje, - olha o quanto evoluímos - de 25 para 34.

Daquela época que era 53, nós estávamos brigando com a produtividade para 71, mas não queriam que a gente alcançasse os Auditores Fiscais Municipais. Gente, são carreiras diferentes. Cada um na sua. Todo mundo respeita cada carreira. Então, eles naquela época, mudou de 71 para 91% e a nossa categoria passou para 25. É decepcionante trabalhar na

Prefeitura, porque a Prefeitura não valoriza o salário. O certo seria corrigir o padrão, corrigir a produtividade, deu “x” aí eu faço a tabela, mas não! Nem que não aumentasse nada, mas pelo menos teria o salário corrigido e não a gente criar uma expectativa enorme. Todos os Agentes Vistores, eu tenho um grupo com um representante de cada Sub. Então todos estão sabendo dessa luta para gente aumentar o salário padrão. Não é aumentar, é corrigir, aplicar a Lei. Art. 37, Inciso X. E a gente não consegue. É simplesmente decepcionante. Obrigada! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Joina.

Com a palavra o Sr. Fernando Duarte Guimarães.

O SR. FERNANDO DUARTE GUIMARÃES - Bom dia todos, Bom dia, V.Exas., Sras. e Srs. Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo. Sou Agente Vistor lotado na Subprefeitura Santo Amaro. Sou também Conselheiro do Sindicato dos Agentes Vistores de Apoio Fiscal do Município de São Paulo, o Savim.

Inicialmente, quero agradecer a oportunidade de poder falar da nossa profissão, da nossa carreira de estado de fiscalização e de atividades urbanas, que tenho tanto orgulho de pertencer a mais de 20 anos e que está, hoje, correndo sérios riscos de ser desmontado e acabar, definitivamente, da maneira que a conhecemos, por causa desse projeto medonho 645/22 que o Governo do Prefeito Ricardo Nunes mandou para Vossas Excelências analisar e votar à revelia dos fiscais e com informações contrárias as deliberadas em inúmeras reuniões do grupo de trabalho do Savim com o Governo. Agradeço imensamente o Vereador Professor Toninho Vespoli do PSOL que se colocou do lado dos nossos direitos, das nossas reivindicações como sempre. E solicitou essa audiência pública para que a gente pudesse ter um pouco mais de tempo e oportunidade de trazermos informações verdadeiras e atuais e revelarmos e denunciarmos as reais intenções perversas do núcleo duro do atual Governo do Poder Executivo da cidade São Paulo.

Vou tentar resumir o máximo possível e focar nos assuntos mais importantes e relevantes por que o tempo é curto e nós precisaremos, com certeza, mais duas ou três audiências públicas para poder trazer todas as informações técnicas, científicas, que são

necessárias para que Vossas Excelências, todas as cidadãs e cidadãos da Cidade São Paulo tomem conhecimento e possam nos ajudar a eliminar as aberrações jurídicas desse PL e também as informações flagrantemente falsas que estão no texto original do PL enviado pelo Governo do Poder Executivo.

Algumas perguntas que me faço e gostaria, também, de fazer para Vossas Excelências: a quem interessa uma cidade como São Paulo, sem qualquer fiscalização das regras de convivência aprovadas por essa nobre Casa Legislativa? Toda energia, todo tempo, todo dinheiro que Vossas Excelências gastaram para elaborar e aprovar as regras de convivência da nossa cidade não terão qualquer fiscalização, eficácia ou resultado? A supressão do verbo e prerrogativa de fiscalizar, de nossas atribuições será um gigantesco retrocesso para a carreira, para todos os cidadãos da cidade e representa, claramente, uma sabotagem no avanço da modernização e da estruturação da nossa carreira. É imprescindível que a nova carreira tenha as mesmas funções: atividades, prerrogativas e garantia de atribuições de fiscalizar a cidade e que isso esteja no texto da nova lei. Será um retrocesso tremendo se a fiscalização de São Paulo ficar somente a cargo dos fiscais não habitantes pela nova carreira, que pelo jeito vai ser muita pouca gente, porque o valor vai ficar congelado. Além de trazer uma grande insegurança jurídica é um desrespeito total, absoluto com o dinheiro das empresas, dos cidadãos dessa cidade que pagam taxas de fiscalização, mas não tem fiscalização na cidade.

Se V.Exas., os senhores realizarem uma pesquisa rápida no Google com a palavra “fiscalização e desmonte” vocês vão constatar, imediatamente, inúmeras reportagens que explicam, pormenorizadamente, denunciam projeto nefasto, ideológicos, contra as famílias dos servidores públicos e o desmonte das estruturas constitucionais que garantem a todo cidadão o direito a uma cidade com Meio Ambiente limpos, ordenados, seguro, justo, feliz e regular. Em São Paulo o atual Governo do Executivo copia *ipsis litteris* do plano perigoso ideológico de desmonte pulverização da fiscalização que começou na esfera Federal.

Outro assunto que é importante ressaltar é a necessidade de impedir, que o Prefeito Ricardo Nunes faça uma dobradinha com o Ministro da Economia Paulo Guedes, para eternizar

a granada que explodiu no bolso dos funcionários, de todos os servidores com a falta de reajuste e reposição inflacionária do salário e principalmente da suspensão de sexta parte progressões na carreira. Abre aspas para o Ministro Paulo Guedes. Nessa confusão toda, todo mundo achando que estamos distraídos, abraçaram a gente, enrolaram a gente, já botamos a granada no bolso do inimigo. Dois anos sem aumento de salário. É a terceira torre que tínhamos que derrubar. Fecha aspas do Ministro. A granada explodiu. Explodiu no bolso de todos os servidores e dos fiscais da cidade de São Paulo e essa granada está prestes a ser eternizada se o projeto do Governo Ricardo Nunes não contemplar os devidos reajustes inflacionários, reposições atrasadas e concessões dos direitos adquiridos de quinquênio, sexta parte que foram suspensos pelo Governo Federal nos últimos dois anos.

Todos nós temos a responsabilidade para impedir que se passe a boiada aqui na cidade São Paulo, também, como passou no Federal. Outro ponto do projeto que nos causa muita estranheza e levanta diversas suspeitas em relação aos reais interesses do Governo Executivo em modernizar e estruturar a carreira de fiscalização de atividade urbana é essa obsessão em manter a nomenclatura errônea de Agente ao invés de fiscal. Todo mundo nos chama de fiscal. O infrator, os vereadores que mandam ofício, a própria Secretaria nos manda ofício, nos chamando de fiscal. Na Receita Federal sou fiscal, para qualquer pessoa na Prefeitura sou fiscal. Porque meu nome tem que ser Agente. Isso confunde as pessoas. O significado da nomenclatura Agente é aquele que atua em interesse de é uma agência. Aquele que agencia interesses alheios. Já um fiscal, que é o nome correto, a nomenclatura correta, significa aquele que fiscaliza uma regra estabelecida. Aquele que vigia e protege o fiel cumprimento das regras, que é exatamente o que fazemos. Nós não tiramos essa nomenclatura de fiscal de atividades urbanas da nossa cabeça. Essa nomenclatura está definida na Lei Federal da classificação Brasileira de ocupações, conforme o código 254505.

Por fim, o último assunto que eu quero ressaltar é sobre a tabela de subsídios de nível médio, que foi sugerida no PL 645 pelo Governo, ele quer nos oferecer uma tabela de subsídios de nível médio em troca de um resultado de força de trabalho técnico científico de

fiscalização de atividade urbana de uma carreira de nível superior. Estado mínimo gente, não pode ser confundido com o estado inexistente ou ineficaz. É um acinte o Governo chamar de modernização e reestruturação da carreira de fiscalização da maior cidade da América Latina, que é carreira de nível superior conquistado a duras penas uma apresentação de uma tabela de um valor que fica abaixo de qualquer nível superior e se assemelha a nível médio. Não pedimos aumento de salário, nós pedimos apenas uma carreira, que a nossa carreira seja contemplada com uma tabela parecida e equivalente com as outras carreiras de nível superior da cidade de São Paulo. É direito nosso. Se isso não for feito, nós estaremos recebendo de forma ilegal um valor pela força de trabalho que nos damos muito mais.

Dessa forma com essas considerações e informações aqui apresentamos resumidamente, imploramos e solicitamos ajuda de Vossas Excelências Sras. e Srs. Vereadores para que nós possamos corrigir as aberrações jurídicas e as informações falsas que devem ser, que precisam ser eliminadas desse decreto 645/22 antes de sua aprovação, para que realmente, nós tenhamos uma verdadeira estruturação e modernização da fiscalização e não a sua extinção. Obrigado! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Próximo orador, Dr. Eric Thal, médico veterinário.

O SR. ERIC THAL – Bom dia todos. Inicialmente, toda minha solidariedade a pauta dos Agentes Vistores, que tem uma cota que não tem uma reestruturação da carreira de vocês, primeiramente, minha solidariedade. Sou médico Veterinário. Trabalho na Secretaria do Verde e Meio Ambiente e já faz um tempo, na verdade, que a categoria dos médicos veterinários vem pautando uma situação, de um certo sentido, particular nosso. A gente entra com uma carreira de 20 horas semanais, o último concurso foi em 2014 que não sumiu ninguém, os que sumiram foram por decisão judicial e do concurso efetivo mesmo foi em 2008. Nesse período a gente vem tendo um declínio no quadro de pessoal da medicina veterinária, com uma queda mais de 30%. São 186 veterinários hoje, saíram e aposentaram 70 veterinários. Com o trabalho aumentando. Os médicos veterinários fiscalizam bares, restaurantes. Tudo que a gente come de origem animal

é fiscalizado por médicos veterinários. O combate às endemias nos bairros, nas ruas, a liderança ali de todo o pessoal que trabalha no combate às endemias, os veterinários fazem parte desse quadro. São vários tipos de serviços na Prefeitura. Aqui é necessário esse tipo de serviço que é também de fiscalização inclusive para poder garantir várias questões que lidam diretamente com a saúde pública da população e tem na Prefeitura. São três secretarias que trabalham com veterinários principalmente a saúde que a grande massa de veterinários, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente que trabalha com a forma silvestre são mais de oito mil animais que a gente recebe por ano, trabalhando de domingo a domingo. A gente perdeu, nós somos lá em uns 20 veterinários, mas há uns 5 anos, eram uns 30, a gente perdeu uns 12 veterinários aposentados.

Enfim, é toda uma situação quando a gente entra na carreira, o trabalho aumentando, sem concurso, a nossa pauta é que a maioria trabalha ou em cargo no CDA ou a jornada especial de trabalho de 40 horas. Já há muito tempo o nosso pleito é o seguinte o pessoal que trabalha 20 horas, que são só 70 veterinários, menos até, porque tem duplo vínculo, para garantir o trabalho, o serviço tem que ser feito na cidade para garantir o direito dele, porque ele já trabalha tantos anos, os que já trabalham de J40, para ele terem definitivo isso, para não ter perigo de perder, porque isso é uma jornada especial, é um processo anual que a Secretaria concede aquele direito, tem que ter uma complementação da jornada, ou seja, ter o perigo de perder essas 40 horas para muita gente é perigoso, a gente quer para muitos desses veterinários que garantam essas 40 horas para quem é J20 e tenha a opção, é tudo opção, na verdade, mas tenham uma opção de exercer a jornada de 40 horas. Esse é o nosso pleito que a gente já vem reivindicando.

Acho que esse projeto de lei como mexe com várias questões da carreira da Prefeitura, acho que é um espaço importante para estarmos inserindo esse nosso pleito, essa nossa reivindicação.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Tem a palavra o Sr. Douglas Cardoso.

O SR. DOUGLAS CARDOSO – Bom dia a todos e todas, cumprimento o Vereador Toninho Vespoli pela condução da audiência, primeiro gostaria de colocar também aqui a Mesa que eu acho que existe uma questão que é fundamental e que está evidente aqui: a falta de negociação com o Governo, porque o governo quando traz para essa Casa essa discussão sem antes discutir com as entidades representativas dos trabalhadores ele comete um equívoco, um equívoco que custa muito caro para os servidores públicos, porque chega um projeto aqui que foi mal elaborado, foi mal discutido, com a categoria e isso mostra que é a reação de todos os trabalhadores, todos os servidores públicos que não aceitam a proposta que foi colocada da forma que foi colocada.

Quando se tem o diálogo com a categoria, nós conseguimos um resultado muito melhor se o Governo tinha pressa, primeiro teria que chamar na categoria para conversar para que depois mandasse o projeto aqui para Casa, mas, enfim, ele resolveu atropelar e mandaram o projeto sem antes respeitar as entidades que representam os trabalhadores. Então, primeiramente eu gostaria de repudiar esse ato do Governo, é um ato vergonhoso, que está virando costume na Prefeitura de São Paulo, já manda o projeto antes de discutir com as entidades.

Outra questão que é relevante de estar colocando: eu sou trabalhador da Saúde da enfermagem, trabalho num grande hospital aqui de São Paulo, atualmente também estou como dirigente também do Sindsep, Sindicato dos Servidores Públicos, e assim sempre tivemos a questão dos plantões extras, como João Gabriel mesmo colocou, desde 2008 nós estamos na luta pela valorização dos plantões extras, só que a gente entende também que o plantão extra é feito para suprir uma necessidade, mas ele não deve ser algo que tem que ser fundamental ali para o serviço, para a unidade poder funcionar, a gente precisa de concurso público. Por enquanto, se não tivermos concurso público, o trabalhador vai ter que buscar plantões extras e enfim, são muitas dificuldades que temos no dia a dia dos hospitais das unidades de saúde principalmente.

Mas eu também coloco que falar a proposta de valorização dos plantões extras vou

dar um exemplo: sou auxiliar de enfermagem, assistente de saúde na Prefeitura de São Paulo, o plantão extra hoje atualmente é 109 reais, sem vale-refeição e sem vale-transporte. É uma vergonha você ter um plantão extra de um profissional que vai ficar 12 horas lidando com diversas doenças e pagar 109 reais para o profissional. A proposta do Governo vai lá e melhora um pouco, só que se você pegar hoje o plantão extra, mesmo dentro da proposta do Governo, está ainda abaixo do que o plantão normal, ou seja, o plantão extra deveria ser um valor acima do plantão normal, não deveria ser no valor abaixo de um plantão normal.

É muito importante, é uma luta, são 14 anos que estamos fazendo essa luta na questão da valorização dos plantões extras, mas sabemos também que a proposta que o Governo apresentou ainda é uma proposta rebaixada porque o plantão extra para o trabalhador sair da sua casa para fazer um plantão no dia que não é o seu plantão normal, ele deveria ser um plantão muito mais atrativo. Isso é uma questão de você olhar a lógica porque, dentro do hospital, Vereador Toninho, temos as chefias procurando, caçando gente para suprir a necessidade das escalas, porque falta muita gente no hospital para poder trabalhar, aí chega a Flávia, Flávia, você pode vir fazer um plantão extra, daí diz: tenho um compromisso, não posso. Vai tentando várias outras pessoas, então a própria chefia tem que atrair o trabalhador para poder fazer o plantão extra. Imagine a dificuldade também que é para as chefias tentar convencer o trabalhador a fazer um plantão por um terço do valor que ele recebe normalmente?

A proposta do Governo melhora um pouco, mas ao nosso entender essa proposta deveria ser melhor porque o plantão extra é um plantão que ele vai fazer fora da sua jornada de trabalho. Então deveria ser muito mais atrativo na questão da proposta. Que vergonha o Governo apresentar um projeto para essa Casa sem discutir com as entidades e ainda esquecer os agentes de apoio que estão todo dia lá com a gente dentro dos hospitais, dentro das unidades de saúde. Aí você esquece esse trabalhador como se eles não existissem, é uma total falta de respeito com esses trabalhadores. Sempre zelamos pelo bom senso, que o Governo vai colocar sem usar agentes de apoio dentro desse projeto.

Outra coisa também que ficou muito evidente foi esquecer também o pessoal da

OAST, que foi a jornada 36, J38, o Governo se esqueceu, não apresentou tabela para esse pessoal, aí o que acontece? Nós os trabalhadores em outubro recebemos o retroativo referente a maio, recebemos os novos valores de tabela e esse pessoal não recebeu, porque o Governo esqueceu de colocar eles, porque o Governo não discutiu com as entidades, foi lá atropelou o processo e deixou os trabalhadores de fora e aí o que os trabalhadores estão fazendo agora com a gente? Gritando: "sindicato, nós somos esquecidos". Então, como João bem colocou, passo aqui também para o Governo que é necessário ter bom senso com esses trabalhadores, foi reconhecido que a nossa data base é maio, então esses trabalhadores também têm que ter o direito de receber retroativo a maio, é necessário isso.

Por último, colocando também a questão lá dos veterinários, os veterinários, quando você coloca a questão de você fazer uma JE, uma jornada especial, mais uma vez eu reforço é por falta de concurso público que são colocados trabalhadores em situações precárias, falta trabalhador, vai lá, vamos colocar o trabalhador para fazer uma JE aí faz JE e o trabalhador está 10, 20 anos fazendo JE só que aí agora para ser conveniente para o Governo eu posso tirar essa jornada desses trabalhadores. Aí eu vou lá tiro esses trabalhadores, mas é justo que esse trabalhador que passou a vida toda fazendo J40, porque a carga horária de origem dele é J20, aí ele vai voltar para ser J20. O Governo se utilizou do trabalhador por todo esse tempo e vai simplesmente voltar a carga que ele acha que é normal. É uma falta de respeito.

Então, peço também ao Governo que tenha bom senso também em olhar esses trabalhadores e regularizar essa jornada J40 para os veterinários e os agentes fiscais, os fiscais que estão expostos a riscos. Muitos trabalhadores cansam de andar nas unidades e esses trabalhadores recebendo ameaças porque vão exercer uma fiscalização e são ameaçados, muitos até com armas de fogo são xingados nos locais que vão fazer fiscalização, são ameaçados e a Prefeitura nem sequer quer reconhecer a carreira desses profissionais. Prefeitura, vamos olhar. Prefeito Ricardo Nunes, valoriza os servidores públicos e concurso para todas as áreas da Prefeitura de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Tem a palavra o senhor Vanderlei de Oliveira Antônio, *on-line* (Pausa) Adriana Machado (Pausa) Miguel Malvoni, quer a palavra Miguel?

O SR. MIGUEL MALVONI – Quero fazer uma participação bem rápida, agradecendo a oportunidade de a gente discutir sobre esse projeto, Sou agente vistor da subprefeitura de Aricanduva, aproveitando essa oportunidade, só queria colocar a importância da valorização da nossa tabela, porque tínhamos na composição do nosso salário a produtividade, então a gente era visto como uma categoria diferenciada, ah, você tem a produtividade, então quando teve o bônus da Covid, não, vocês não fazem jus, porque não é compatível com a produtividade e agora passando para subsídio, a gente tem o nivelamento, a gente pode comparar o nosso subsídio com os outros subsídios das categorias de nível superior. E vemos que ficamos muito abaixo, como disse o Mário, mesmo colocando esse bônus, que a gente ainda não sabe como vai ser feito, o que vai ser pedido, ainda assim estamos numa categoria, num nível abaixo dos outros.

Então, a gente colocou agora, é como se a gente tivesse duas temperaturas em unidades diferentes e não conseguisse comparar, agora comparamos porque estamos todos no subsídio. Agora ficou fácil a gente comparar com as categorias de nível superior. Nós não estamos pedindo nenhum privilégio, não estamos pedindo uma diferenciação, estamos pedindo apenas uma similaridade nos valores do subsídio, colocando agora a nossa categoria ao lado de outras categorias que tem subsídio, a gente vê claramente que nós ficamos abaixo, por que que nós estamos abaixo? Porque como toda a categoria a gente tem a nossa importância, a gente não queria ser visto dessa forma, vocês estão abaixo porque vocês têm um bônus. Então é isso que eu gostaria que fosse revisto e apoiando todas as propostas, eu queria só frisar nesse ponto.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Simone Fernando Diniz Alves (Pausa) Não está mais na sala. Quintino Simões Pinto, não solicitou, obrigado. Luciano, só o primeiro nome, arquiteto, não está na sala. Manuel da Silva (Pausa) Kátia Regina Nogueira (Pausa) Aparecida Paulino Gonçalves (Pausa) Renata Torres Soares Pupo. Renata quer se

pronunciar? Silvia Lúcia Ferraz (Pausa)

Agora os presenciais, Sérgio Nassa (Pausa) Sérgio Antonelo.

O SR. SÉRGIO LUIZ VALÉRIO ANTONELO – Bom dia, sou agente de saúde em laboratório aqui no laboratório Nossa Senhora do Ó, na Freguesia do Ó. Acontece que desde 2014 pleiteamos o aumento da nossa carga horária de 30 horas para 40, porque o último concurso foi 91 na nossa categoria, nós éramos os antigos auxiliares de laboratório. A gente é muito útil na parte da técnica do laboratório, auxiliando os demais profissionais. Pleiteamos esse aumento de carga horária em função da demanda de serviço e por não ter tido mais concurso, ou seja, diminuiu demais o número de auxiliares de laboratório, ou os agentes de saúde em laboratório.

A partir disso, desde 2014, viemos pleiteando esse aumento de carga horária do benefício do próprio serviço público porque a gente ganharia em qualidade naquele serviço que a gente presta para os laboratórios, em contrapartida, a Prefeitura ganharia com mais mão de obra em função de não ter tido mais concurso, porque desde, como eu falei, 1991 que não tem mais concurso na nossa categoria. É uma categoria até esquecida no serviço público infelizmente.

É uma categoria importantíssima para o funcionamento do laboratório, no entanto, a gente acabou sendo preterido e muitas situações, então a gente requer até o momento da nossa carga horária, assim como os veterinários estão pleiteando isso, para que a gente possa desenvolver melhor o nosso trabalho, porque tem muita rotina nossa além das nossas 6 horas e isso tem prejudicado demais não só laboratório como nós mesmos que temos que parar e dar continuidade no nosso próximo dia e muitas vezes a gente acaba ficando além do nosso horário sem ganhar nada, porque a gente não tem direito sequer a esse J40 que muitas categorias tem nós não temos direito, simplesmente não temos direito de aumentar a nossa carga horária nem que seja provisoriamente.

Então, é isso que temos brigado desde a carreira da saúde implantada em 2015. Na carreira... (Falha na transmissão)... pedimos um aumento essa carga horária, mas não foi feito

por nenhum Prefeito, então agora está tendo essa oportunidade de estarmos pleiteando isso junto aos nossos Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo para que isso seja concedido a nós.

Então esse é o nosso pleito, eu gostaria muito mesmo representando nossa categoria, eu falo em nome dos agentes de saúde em laboratório, para que isso fosse colocado em pauta para que fosse a votação incluído no PL 645. Seria isso que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sérgio. Presente, agora, Flávia Anunciação.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIAÇÃO – Bom dia. Agradeço a todos. Sou Flavia, da direção do Sindsep e trabalhadora da saúde. Primeiro, quero protestar contra o esvaziamento das mesas de negociação. Lá é o espaço legítimo de discussão. Aqui é um espaço de discussão, mas acho que o espaço de construção legítimo para a gente discutir as nossas carreiras é nas mesas setoriais e nas centrais, que, infelizmente, esse governo está dando uma demonstração de que pretende esvaziar esse espaço e silenciar cada vez mais os trabalhadores com suas questões, debates e temas. Isso é lamentável, porque chegaria tudo com muito mais legitimidade, mais bem discutidos todos os pontos aqui para a gestão para a gente poder negociar.

Infelizmente, a gestão moderna pede que você negocie, que você possa discutir, que a gente possa juntos encontrar soluções, e aquilo que for entrave vem para cá ou a gente continua na luta. Mas, infelizmente, não é esse o sistema que está estabelecido pelo governo Ricardo Nunes, o que a gente lamenta profundamente. Aí, o que vai acontecendo é uma sucessão de problemas que vão se acumulando e que a gente não dá conta de resolver. Um deles é o fato de um segmento inteiro ter ficado fora, que são os agentes de apoio, que hoje estão fazendo funções administrativas, muitas vezes substituindo AGPPs. Muitos deles financiaram do próprio bolso a sua qualificação para poder estar em um posto de atendimento. Fez um curso de informática, melhorou a sua graduação escolar, tudo por conta própria. Aí, chega a hora em que esse governo diz que está valorizando, mas deixa de fora todo esse segmento.

No Hospital do Servidor a gente tem vários trabalhadores nessa condição, que trabalham bem, que hoje são reconhecidos pelo trabalho que fazem, fazem um trabalho de excelência, mas, infelizmente, não poderão fazer jus ao plantão extra, a essa tão falada valorização. Infelizmente, a gestão está optando por deixá-los de fora.

Isso não é valorização. A valorização é real e acontece quando a gente consegue discutir junto, quando a gente estabelecer critério de como é que você dá o plantão ou não dá, mas para todas as categorias, não deixando categorias de fora. E como já foi dito aqui, categorias que estão na saúde e que durante a pandemia estiveram lá, em uma linha de frente, mesmo que fazendo uma ficha. Porque se você não fizer a ficha, o atendimento não termina de acontecer. Dentro daquilo que são as atribuições deles, eles estiveram e estão – porque a pandemia não acabou – nos seus locais de trabalho exercendo funções administrativas, e o que a gente está solicitando aqui, tanto para a gestão como para o Líder do Governo, é que reconheçam essas pessoas e o seu trabalho. E que a valorização tão dita aqui várias vezes também seja extensiva a esse grupo de trabalhadores.

Outra coisa nos preocupa também. A gente falou dos veterinários, de todas essas problemáticas que a gente precisa discutir. Se houvesse uma mesa de negociação central, esse tema já teria sido debatido lá. Mas também a gente precisa olhar para a necessidade de concurso público dentro do serviço público. Isso é necessário. Os veterinários, em 2015, eram 256; hoje são 186. O serviço não diminuiu, aumentou. É por isso que hoje ele tem necessidade da J40, porque o serviço não foi reduzido. Então, existe uma necessidade de concurso público para veterinário e biólogo dentro do Sistema de Vigilância em Saúde; porque nem todos assumindo uma J40 dá para dar conta de todo o serviço que hoje tem para ser feito no município de São Paulo.

Uma coisa que nos preocupa demais é essa fragilização da fiscalização como um todo. Não só com os agentes vistoristas, mas dentro do Sistema de Vigilância em Saúde isso também está acontecendo. Hoje eu não tenho dúvida em dizer que o município de São Paulo está em muito mais risco sanitário, ele vive um risco sanitário muito maior do que antes da

descentralização da Covisa.

Por último, houve uma alteração na atribuição das funções das carreiras da saúde. Não é aceitável que não se debate isso em uma mesa de negociação. A mesa da saúde não acontece desde outubro. A gente precisa trazer esse debate, porque tem coisas lá que nos preocupam, que a gente não conseguiu entender. Lá tem a atribuição de auditoria, que tem função específica. Você tem várias atribuições em que você não vê também. Se aumenta a atribuição, mas você não tem nenhum repasse financeiro, monetário para essas novas atribuições, é muito confuso o que aconteceu ali. A gente precisa trazer isso para uma discussão com as entidades, com o pessoal do sindicato, para a gente discutir o que são essas modificações nas atribuições das carreiras da saúde. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado. Próximo, Marco Antonio Dalama.

O SR. MARCO ANTONIO DALAMA GONZALEZ – Eu vou sentar aqui só porque eu estou com um documento que eu quero conversar com vocês. Porque, além de todas essas questões que a gente está vendo aqui, eu vou chamar a atenção, vou me aprofundar na última questão que a Flavia apontou, que é essa mudança nas atribuições das carreiras de saúde.

Primeiro, vale a pena reforçar a todo momento essa falta de diálogo da atual gestão com as entidades representantes dos trabalhadores. A gente está aqui solidário ao pessoal da carreira dos fiscais, para usar a terminologia correta, mas não é diferente o que está acontecendo. A Flavia falou que está desde outubro sem mesa de negociação da saúde. Nós tínhamos antes a mesa da antiga autarquia hospitalar municipal, que acabou, mas seria a mesa dos hospitais, que já não existe mais. Nós tínhamos a mesa do HSPM – Hospital do Servidor Público Municipal, que já não existe mais. Nós tínhamos a mesa da Covisa, que já não existe mais. Nós tínhamos a mesa do SAMU, que já não existe mais.

Todas essas mesas de negociação passaram para a mesa de saúde, para a mesa de SMS, e hoje nós temos uma mesa com 40 pontos de negociação para serem debatidos em 2 horas 2 horas e meia, o que torna impossível um processo de negociação sério. Não obstante,

estamos desde outubro sem essa mesa de negociação, e o que acontece são essas coisas esdrúxulas que vemos nesse PL 645, por exemplo.

O PL 645, no seu artigo 52, ele fala uma coisa bem simples: substituímos o Anexo II da Lei 16.122 pelo Anexo V, que é uma mudança substancial, uma mudança bem grande nas atribuições, habilidades e competências específicas das carreiras da saúde. Tem muitos pormenores que a gente precisa discutir com calma, porque a gente tem que ver quais são as consequências dessas mudanças nas atribuições. Então, por exemplo, na de agente de saúde, tem lá: “competências e habilidades básicas; iniciativa”. Aí entrou uma iniciativa aqui muito interessante: “realizar outras atividades que não estão previstas na rotina de trabalho, não se limitando às funções específicas do cargo”. Rapaz, isso aqui é a legalização do desvio de função.

- Manifestação no recinto.

O SR. MARCO ANTONIO DALAMA GONZALEZ – Legalização do desvio de função.

É um absurdo isso aqui. Essas questões estão em diversos lugares.

As mudanças das atribuições específicas até que foram poucas, mas tem algumas boas, como essa aqui, que é a legalização do desvio de função. Mas ele acrescentou uma tabela de atribuições gerais nos cargos, que estão tanto no cargo de analista de saúde de nível universitário como no de nível médio e nível técnico e nível básico, que são os agentes de saúde. Aí, tem algumas questões aqui apresentadas que, para a gente, ou não cabem de jeito nenhum em uma carreira de assistente técnico ou assistente de saúde ou uma carreira de agente de saúde. Parece-nos que não cabem, mas são dúvidas e questionamentos ao mesmo tempo, fruto da falta de diálogo.

Vamos pegar o caso dos agentes de saúde. “Atuar na área de regulação, controle e monitoramento da prestação de serviços de saúde, seja de equipamentos próprios ou gerenciados por parceiros”. A gente atuando na área de regulação, controle e monitoramento? Causa estranheza, né; causa estranheza. A gente precisa saber direito o que isso significa no dia a dia.

“Levantar, analisar, processar, atualizar, sistematizar, interpretar dados, informações,

indicadores. Prestar consultoria. Editar e enviar diagnósticos. Emitir pareceres, informações técnicas e demais documentos. Supervisionar e monitorar estágios curriculares desenvolvidos para cursos de graduação e de nível médio na área de saúde desenvolvidos no Departamento de Serviços de SMS”. É no mínimo estranho. Precisamos discutir porque, de repente, pode ser que na atribuição dele, em algum momento, ele possa fazer isso. Mas, colocado dessa forma, me parece que abre um precedente para eles assumirem responsabilidades que não deveriam ser deles.

Nessas atribuições gerais, também tem outros pontos em que estão querendo legalizar o desvio de função. Por exemplo, “desenvolver suas atribuições ou outras funções de assistência direta no seu local de lotação ou em outros serviços dentro da Secretaria de Saúde, conforme designação da chefia”. Aqui está dito que ele pode inclusive sair do local onde ele está lotado e ser enviado para outra unidade ou serviço de saúde de acordo com a designação da chefia. São coisas graves. E há outros exemplos.

Estou já com cinco minutos de fala, não adianta eu me estender, mas acho que essa questão das atribuições tem questões muito graves, que a gente precisa discutir com seriedade sob o risco de a gente legalizar desvio de função, obrigatoriedade de o funcionário sair de uma unidade e ir para outra e uma série de desmandos acabam com a carreira e com a seriedade da prestação de serviços à população. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Marco. Próximo, Fabiano Soares.

O SR. FABIANO SOARES – Bom dia a todos e todas. Obrigado ao Vereador pela oportunidade desta audiência pública. Meu nome é Fabiano Soares, sou trabalhador da saúde e faço parte da direção do Sindsep. Eu queria pontuar aqui mais uma vez a questão dos assistentes de suporte operacional. Porque, conforme argumentação do governo, o impeditivo para conceder a revalorização dos plantões extras para esses profissionais são limitações orçamentárias.

Então, nessa parte do Orçamento, eu queria fazer algumas questões. Estamos diante

de uma carreira que tem uma das menores remunerações do serviço público. Atualmente, o nível 1 do assistente de suporte operacional ganha em torno de 1.750 reais. Embora ele receba isso em início de carreira, ele não tem uma diferença de contribuição em termos de previdência. Assim como qualquer outro servidor, ele paga 11%. Então, a gente não vê essa equidade, essa isonomia, mesmo porque não existe nem no Regime Geral; então, até aí, tudo bem. Só que é um problema causado pelo governo, e a responsabilidade está sendo jogada para cima do servidor. Se não temos recursos, inclusive na questão previdenciária, para financiar o Iprem, é por conta da terceirização; 95% da saúde é terceirizada. Não fomos nós que demos margem a isso. Se foram outros governos que foram para esse rumo, está tudo bem; mas a questão é observar essa carreira profissional. Porque, como foi dito aqui por muitos – Douglas, João Gabriel -, são trabalhadores que estão atuando na linha de frente dos hospitais. E mesmo quando esses modelos do governo não dão certo – como é o caso da terceirização, em que eles demitem centenas de milhares de trabalhadores das organizações sociais -, quem vai segurar as pontas, quem vai continuar atuando nesses serviços são os servidores públicos da Administração Direta. Então, não pode haver essa diferenciação.

Estamos sem concurso, o último concurso para essa carreira tem mais de 10 anos. A gente percebe que não tem uma intenção de se renovar os quadros operacionais da Prefeitura. Então, o abandono na questão do concurso e cargos que estão entrando em vacância.

Outra questão é a salarial. Essa foi uma das últimas carreiras que teve reestruturação, esperou mais de 8 anos para ter as carreiras estruturadas, tanto o nível médio como o nível básico. Não bastassem todas essas discrepâncias, não bastassem todas essas injustiças, uma proposta que envolve uma valorização considera que não basta apenas alterar os valores dos plantões extras, mas também reconhecer que existe a necessidade de trabalho extra, reconhecer que precisa de mais servidores. Acho que isso está bem claro.

Por esses e outros motivos, a gente não pode excluir. É desumano, é injusto, e a gente queria entender. Mesmo porque a gente sabe que a Prefeitura, em termos orçamentários, está muito bem, obrigado. A arrecadação está aumentando praticamente 15% ao ano. Então, a

gente tem previsões recordes para esse ano de 2022, e 2023 não vai ficar longe disso. Se a gente sabe que todo esse dinheiro que é pago em termos de remuneração dos benefícios dos servidores vai voltar para o Município – porque 40% do que todos nós brasileiros ganhamos são deixados em tributos -, então por que não observar a necessidade de valorizar também mais essa carreira? Porque esse dinheiro, em certa medida, vai retornar para os cofres. Esse servidor contribui também para a arrecadação.

Era isso o que eu queria destacar na minha fala. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Fabiano. Próxima inscrita, Lourdes Estêvão.

A SRA. LOURDES ESTÊVÃO – Bom dia a todos e a todas, começando pelos companheiros que estão aqui. Em nome do Toninho, quero cumprimentar toda a Mesa.

Sou Lourdes, da área da saúde, e eu também sou dirigente do Sindsep. Eu gostaria, Toninho, de começar fazendo um desafio para você para que possa discutir também com a Câmara de Vereadores. O que nós estamos vivendo? O que acontece? Quando você escuta todas essas falas que são feitas aqui e aquilo que a gente também vem acompanhando nesses últimos anos, a gente sente que existe por parte da gestão um desconhecimento total da máquina pública. Ela não conhece a máquina pública e ela não quer conhecer. (Palmas) Porque, se ela quisesse conhecer a máquina pública, a gente não teria assistido às aberrações que nós assistimos nesse último processo de negociação.

A gestão não sabia que a maioria dos trabalhadores da enfermagem tinha uma carga horária de 30 horas. Ela não sabia. Porque, quando foi no Gabinete do Prefeito para discutir a tabela, eles ficaram com vergonha. Eles até falaram: “Foi um errinho”, “Foi um erro de digitação”, porque eles não sabiam que era 30 horas. Isso é muito grave.

A gestão deixou o pessoal que trabalha 36 horas de fora da tabela porque ela não sabia que tinha um pessoal que trabalhava dentro das unidades hospitalares com 36 horas. Aí, nós fomos à Secretaria da Saúde. Nós fizemos um movimento, fomos à Secretaria da Saúde e descobrimos o pior, que a gestão tinha feito um plano de cargos e carreiras, que foi apresentado

inclusive num pedacinho de papelzinho de pão. E ela não tinha discutido com a Secretaria da Saúde. A Secretaria da Saúde falou para nós... Não conversaram com nós.

Então, não existe nenhum interesse de conhecer essa máquina pública. Não dá certo, não dá certo. Se você não conhece a máquina pública, não dá certo. Acho que é ele que coloca na sua fala. Esse companheiro fala: “Quem cuida das pessoas, cuida da cidade”; e, se não estiver cuidando das pessoas que fazem o serviço, você não tem interesse de cuidar da cidade. É aquilo que se coloca. (Palmas)

A cada ano, são 15% a mais na arrecadação. O que o Prefeito quer com 15% a mais da população, se ele não tem interesse em investir em quem cuida da cidade? Ele quer mandar esse dinheiro para onde? Nós temos que estar atentos, nós temos que estar atentos.

Então, eu acho que esse é o desafio que está colocado. Quanto àquilo que está colocado, nas mesas de negociação, sempre fiz parte da mesa de negociação, e nós nunca tivemos um Governo que tenha esse descaso, de não ouvir os trabalhadores, por meio da mesa de negociação, do SUS, que é legal. É uma mesa nacional. Não se senta para conversar porque não quer escutar, porque não quer mudar e porque não quer acertar. Então, isso é muito grave. Isso é muito sério.

Há algumas questões que estão colocadas aqui, que nós, trabalhadores, temos que discutir bem e depois discutir com eles. A gente tem que perguntar por que inventaram 30 horas, por exemplo, para enfermagem? É porque alguém falou assim? “Não, esse pessoal é bonitinho, e a gente quer que eles fiquem descansadinhos em casa. Então, nós vamos dar 30 horas.” Ou por que aquela profissão exige isso? Nós temos que discutir porque a profissão tem essa carga horária, porque ela precisa disso, porque a gente está vindo aqui inclusive descaracterizar a complexidade das nossas profissões. Sabem por quê? Porque não pagam, não há aumento, não há aumento de salário.

Então, a gente tem que ficar buscando formas de aumentar nossa carga horária, para a gente continuar comendo. É isso. Está certo? Então, nós temos que aprofundar, nós temos que fazer essa discussão.

Por último, porque o tempo já está acabando, é impossível, é impossível você não compreender, você tirar uma categoria como agente de apoio de fora. Sabe por que eu estou falando isso? O agente de apoio entra como agente de apoio. Você concorda comigo que ele vai fazendo uma progressão em sua carreira, e você concorda comigo que, quando ele faz uma progressão na sua carreira, é porque ele está se aprimorando? É por isso que ele passa de um lugar para outro. E, às vezes, quem financia isso é a própria Prefeitura, que abre curso, para que ele possa fazer a sua progressão. Como é que você não valoriza esse cara?

E é por isso, é exatamente por isso, Flávia, que muitos agentes de apoio fazem o papel do AGPP, porque faz muito tempo que a Prefeitura não contrata AGPP, e ela sabe que esse trabalhador tem capacidade para fazer esse trabalho, e o coloca de fora.

O tempo já está terminando, mas eu acho que são esses os desafios que estão colocados aqui. Olha, quem não tem competência, não se estabelece, Prefeitura. Se você não é competente para administrar essa cidade, saia. Essa cidade não é sua. Essa cidade é do povo. É o povo que paga imposto. Não tem competência, saia. As pessoas não nascem com competência, mas elas precisam querer ter, e aqui está: Se você quiser ter competência, converse com os trabalhadores, porque eles sabem, eles sabem onde estão os problemas, eles sabem o que a cidade precisa, porque quando você chegou a essa Prefeitura, esses trabalhadores já estavam, já havia um acúmulo. Converse com as entidades, converse com os trabalhadores. Aí sim o Prefeito, os Secretários e aqueles que estão na gestão vão acertar. Tem que haver concurso público, porque, na verdade, ultimamente o maior investimento que vocês estão fazendo é exatamente fechar serviço. Nós estamos numa briga. Nesse momento, no Hospital do Campo Limpo, em plena situação de pandemia, onde as pessoas estão morrendo, ainda é pela pandemia que está em curso, mas também pelas sequelas da pandemia, que não é acompanhada, e nós estamos fazendo uma briga, João Gabriel. Nós estamos fazendo uma briga junto com a população, na frente do pronto-socorro, porque o Governo quer fechar o pronto-socorro. Por quê? Porque ele precisa entregar para a organização social. O que ela vai dar para eles? É essa pergunta que eu faço. Estão facilitando a vida das organizações sociais para quê?

O que ela vai dar para eles? É sempre lembrar que o dinheiro da Prefeitura, a arrecadação da Prefeitura é do povo e é para o povo que ela tem que voltar.

Então, é só isso que eu gostaria de colocar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado.

Pessoal, há mais cinco inscritos, há a Mesa para falar e a gente tem às treze horas. Eu pediria para as pessoas serem um pouco mais sucintas, senão a gente quase não vai escutar a Mesa. Há várias perguntas que foram feitas à Sra. Secretária, e ela vai acabar respondendo.

Tem a palavra o Sr. Severino Alvarez.

O SR. SEVERINO ALVAREZ – Bom, bom dia a todos, Toninho Vespoli, principalmente a você, que proporcionou essa audiência, o Vereador Riva, que tem nos apoiado nessa briga, aos colegas aqui, todos os funcionários e veterinários. Inclusive, na nossa carreira, doutores, nós temos quatro ou cinco veterinários.

Secretária, a senhora é formada na FAU? (Pausa) Isso. Nós também temos agente vistor da FAU, temos da POLI, temos da Metalúrgica e temos do Mackenzie. Não tem da GV, porque eu preferi fazer Mackenzie. Então, há gente de todo lugar. A gente é um quadro qualificado. O servidor público pode ter mazelas, mas ele é uma amostra qualificada da sociedade, e as pessoas pensam: “Poh, servidor é tudo vagabundo, é ladrão, é isso aquilo.” Não. O que acontece? O cara passa dessa porta, toma uma vacina e fica ruim? Será que é o servidor que não presta ou o serviço público tem algum problema? Eu acho que vai muito na linha do que a senhora falou. Há muita gente que está no serviço público e não sabe o que é o serviço público. A máquina pública não é para dar lucro, ela não é para gerar riqueza. Muito pelo contrário: Se a conta é para ficar negativa, fizeram uma sacanagem com nós, o nível federal, em relação aos 14%. “Ah, vai dar uma despesa de 700 bilhões em dez anos.” Aí veio a Covid. Precisou gastar 700 bilhões em um ano. Muito bem gasto, por sinal. Apareceu dinheiro... Serviço público não quebra, amigão. Nós estamos aqui para prestar serviço para a população. Por quê? O dinheiro sai da própria população.

Bom, então primeiramente os agradecimentos. A origem do nosso trabalho é o

conflito, conflito de interesses. É o conflito do cidadão com a entidade pública, é o conflito do vizinho com a vizinha, 70%. A senhora tem um sobrado. O seu filho, seu irmão constrói em cima, aí vai haver o conflito.

Vinte por cento são vocês e 10% são outros, inclusive interesses escusos, concorrência comercial e outras coisas mais. Então, a gente está o quê? No meio de um tiroteio, Toninho. São 365 dias, 24 horas por dia no meio de um tiroteio. O agente vistor é isso. Está? E o que eu gostaria de deixar claro, sem deixar de ser desrespeitoso com a Secretária, é que aqui nós somos o quê? Nós somos profissionais, nós somos profissionais. Nós não estamos aqui num serviço militar ou num serviço cívico. Nós estamos aqui por causa do salário. Há alguma dúvida em relação a isso?

E para isso a gente presta o nosso serviço. Eu empresto a minha mão, a minha boca, meus olhos, meus ouvidos, ouço um monte de coisas, entendeu? Então, nós estamos aqui, na entrada do fim do mês, atrás de um salário. Já ouvi alguns subprefeitos falarem: “Olha, o que vocês ganham de salário, não dá para a faculdade, a escola dos meus filhos.” Vamos falar em um Mackenzie mesmo. Você não paga com o salário de um agente vistor. Você não paga, mas tudo bem.

E o caro falando com respeito. Não foi com desdém. É a realidade, porque o poder não está na sua mão. Eu até acredito que esse poder da nossa negociação agora não está na mão da Secretária ou da Adjunta. Está aí numa esfera de poder maior.

Em relação aos colegas aqui da Saúde, vocês trabalharam durante a Covid. Não trabalharam? Trabalhei muito com os GCMs também. Sabe por que o GCM ia para a rua? Para ficar atrás de mim, para fazer a minha segurança, aqui atrás: “Fica aqui do lado, porque, se o cara falar alguma besteira, a gente já toma providência.” Vocês e eles não se enquadraram na lei complementar 173, ou seja, a evolução de vocês não foi congelada. A minha foi, a minha foi. Eu só posso receber a sexta parte e o quinquênio a partir de dezembro de 2024. Aí eu fui ao meu RH: “Quanto que eu vou perder?” “Ah, você vai perder 1.600 reais da sexta parte mais 600 reais do quarto quinquênio, ou seja, mais de 20%. Esse dinheiro foi englobado nesse subsídio,

Toninho. Ninguém viu. Passou batido, entendeu? Mas, como eu fiz um bom colegial, a gente também sabe fazer tabelinha, trabalhar com números. É fácil. Eu fiz colegial. Dá para mexer com números.

Então, eu até acho que o Prefeito... Eu com os meus Colegas, a gente estava numa discussão de tentar buscar isso na Prefeitura, mas eu acho que é difícil para o Prefeito, porque o Prefeito pegou dinheiro do Governo Federal. Então, se ele falar: “Não, a gente vistora agora. Vai ficar fora da lei complementar 173, porque ele trabalhou.” Depois veio a 191, que corrigiu isso. Em parte, corrigiu com vocês o pessoal da segurança, mas ele não pode fazer isso, porque você sabe como é a política: Algo vai vir, algum tiro do outro lado. Então, ele não pode fazer isso.

Então, de onde isso pode ser corrigido é aqui, é aqui nessa mesa. Quanto a minha expectativa pessoal, eu acredito no Ricardo. Eu acho que o único lugar onde o Executivo pode ser corrigido é no Legislativo, é no Legislativo. E o Ricardo faz parte desse Legislativo. Não vamos nos esquecer que o nosso Prefeito é um Vereador. Então, essa correção, desse crime que está sendo cometido com isso, isso tem que ser corrigido na Câmara. É o lugar legítimo de discussão, porque a gestão, em momento algum, chamou a gente para mostrar o que iam apresentar, momento algum, algum.

No 7.841, que é o PL 428, colocaram uma clausulazinha ali, que é assim, do nada, a nossa competência... Não, não, na lei do subsídio do GCM – a nossa competência podia ser passada para o GCM de um dia para outro. Acredito que não veio de gestão, mas veio de um substitutivo que passou pela mão de um adjunto. A coisa não é pessoal. Então, a gente prefere não falar o nome. É para você ver como que as coisas caminham, é tudo na rasteira, na puxada de tapete. Você entendeu?

Sr. Secretário, apesar de a gente ter um cargo altamente qualificado, a Joana tem três faculdades. Eu tenho duas. Tenho uma pós-graduação em Gestão Pública, mas o pessoal que carregou esse piano antes, Toninho, foram aqueles dois, de cabelo branco ali. Esse pessoal é extremamente discriminado. Por quê? A nossa carreira... São Paulo tem mais de 450 anos. Sabe quantos concursos a nossa carreira teve? Dois - eu não sei se é para rir ou para chora –

dois concursos para fiscal. Antigamente, como é que funcionava? “Oh, você quer ser fiscal? Vem cá”. Era uma indicação. Então, em cima disso, veio muito preconceito. Uma ou outra coisa errada sempre tem, mas quem está pagando o preço hoje é a gente; e isso não é justo. A gente está pagando isso pelo bolso, pelo bolso.

Nesse ponto, eu queria falar da nossa dificuldade com a gestão. Eu estou no sindicato desde 2003. Sempre foi a mesma coisa. Eu acredito que, num momento, alguém vai perceber que não é por aí o caminho. E acho que vocês, o Ricardo tem uma oportunidade de ouro, de colocar a coisa no trilho.

Voltando ao ponto, há aquela história: Porque estão fazendo isso? Houve um Ministro que falou: “Vamos aproveitar e vamos passar a boiada”. Então é isso. Essa história de não conversar é colocar o PL na Câmara, aprovar, e passou a boiada. Só que esse cara se deu mal, porque podem quebrar a cara na próxima eleição, por causa de 0,5%, por causa de um 1%, como, graças a Deus, aconteceu agora. Então, isso tem um preço lá na frente.

Secretária, eu particularmente sou pelo subsídio, porque eu acho antiético, Toninho. Para eu ter a minha tal da produtividade, eu tenho que ir lá e multá-lo, intimá-lo. Eu não acho isso legal. Eu acho que fiscal é que nem soldado no quartel: Ele tem que sair que houver guerra, se for necessário, mas, como você tem que fazer a produtividade... A categoria e a Prefeitura iam dar um tiro na cabeça. Iam aumentar essa produtividade. Em vez de eu fazer 4.200 pontos, eu ia ter que fazer 9.600. Eu não sei se foi a gestão que percebeu isso, que era um erro e tirou isso de pauta. Então, eu sou pelo subsídio, só que um subsídio decente, adequado, que a gente possa pagar as nossas contas, que eu possa, pelo menos, repor o ensino que meu pai me deu para o meu filho.

Para finalizar, mais dois itens só: Em 2007, por meio da lei 14.591, a gente ganhava mais que o engenheiro. Hoje a gente ganha a metade. Por isso que uma das reivindicações foi a tabela do engenheiro, mesmo porque, na nossa carreira, 30% são engenheiros arquitetos. Mas não dá para chegar lá? A gente vai querer chegar em, pelo menos, alguma coisa intermediária. Está? E os números, os números basicamente...

É assim, fazer tabelinha, Vereador, é fácil. Por que não se faz? A nossa evolução, da nossa carreira atualmente é 69%, do primeiro ao último, só que se você colocar toda a produtividade, que é uma parcela do nosso ganho, cai para 57, porque a produtividade é um valor fixo. Quem é você? Em um ano de Prefeitura, tenha 35, a produtividade é a mesma. Isso está errado.

O que a gestão está propondo, a gente vai chegar a 86%. O que acabou de ser beneficiado agora, na 17.841, é de 115%. É fácil. Se você pega aqui a célula anterior e divide pela anterior, você vai perceber quanto está crescendo em cada categoria, quando você passa de categoria. E até nisso a gente é discriminado.

Afinal de contas, até o motorista não gosta da gente. Poh, mas, por que você não gosta de mim? Poh, você multou meu irmão. “Não, amigão, quem multou você não fui eu, foi a Prefeitura”.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Severino, depois a Secretária não vai ter tempo de responder as perguntas.

O SR. SEVERINO ALVAREZ – Mas ela nem atendeu à gente, Toninho. Respeitosamente, nós não fomos atendidos.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. SEVERINO ALVAREZ – Ofícios foram vários. A gente teve uma reunião inicial na secretaria, no Viaduto de Chá.

Então, desculpe-me, Secretária. Não é a senhora, porque existem poderes, mas a coisa não está virando.

A SRA. REGINA PACHECO – Inverdade não faz parte de diálogo democrático.

O SR. SEVERINO ALVAREZ – O Presidente vai apresentar os ofícios para a senhora, pedindo as reuniões que não aconteceram. Está bom?

A SRA. REGINA PACHECO – Eu estou falando da reunião que aconteceu com você, ele e com o João Gabriel, todos as entidades foram recebidas...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. REGINA PACHECO - Não, em outra reunião. Todas as entidades foram recebidas pela Secretária Marcela Arruda. Algumas por mim mesma, tá certo? Então, gente, faz duas horas que estamos ouvindo essa inverdade aqui.

O SR. SEVERINO ALVAREZ - É uma discussão inicial, Secretária, isso não leva a nada.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

A SRA. REGINA PACHECO - Nós sabemos exatamente o que vocês querem. Exatamente. Aliás, estou surpresa, aqui, de ouvir você dizer... bom, depois eu comento.

O SR. SEVERINO ALVAREZ - Tá bom. Mário, talvez o Toninho pudesse esclarecer melhor, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Gente, deixem acabar as inscrições. Olha, isso vai acabar à 1H, essa audiência.

- Falas simultâneas na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Espera, Secretária. Gente, olha, eu pedi, deixei o microfone aberto, as inscrições são de três minutos, as pessoas falaram, em média, de 8 a dez minutos. Fui bastante benevolente, só que é o seguinte: vai ficar esvaziada a audiência, na hora que a Secretária não der as respostas, o que eu acho ruim. Estou pedindo uma colaboração de vocês. É isso que estou pedindo aqui.

O SR. SEVERINO ALVAREZ - Toninho, para encerrar mesmo, a nossa esperança é vocês, que isso seja resolvido na Câmara, por isso tem a discussão legislativa. Um abraço, desculpe se falei demais pessoal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Maurineia Ferreira.

A SRA. MAURINEIA FERREIRA ALVES - Boa tarde a todos. Vou só reforçar aquilo que o Sérgio Antonelo falou: que é passar nossa carga horária de 30 trinta para 40 horas. Estou aqui representando o pessoal que é Agente de Saúde, específico do Laboratório. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Próximo é o Sebastião Pereira

e, depois, Leandro.

O SR. SEBASTIÃO PEREIRA - Boa tarde, colegas, Mesa, para todos que estão virtualmente. Sou trabalhador do HSPM há 22 anos, estou aqui para representá-los como Agente de Apoio, quero pedir que eles possam ser inclusos nesse novo trabalho das horas extras, dos plantões extras, porque eles são, digamos assim, desconhecidos dentro da categoria.

E também algo importante que eu gostaria de colocar. Não sei se posso mencionar assim, mas é como um repúdio: as terceirizações dentro do hospital HPSM. Então assim, nós enfrentamos dificuldades, a Prefeitura não tem feito concursos e, para suprir necessidades de mão de obra, dentro do hospital, terceiriza-se, mas é muito simples fazer isso.

E o interessante é que temos colegas de AGAs que foram terceirizados, recentemente, por exemplo dentro da Farmácia, colegas de 30 ou 40 anos de casa, que deram sua vida dentro do hospital, carregando pesos e mais pesos, pondo nos carrinhos, subindo os andares e, de repente, ele está dentro do hospital, terceirizaram sua área e ele não pode sequer desempenhar sua função lá dentro, porque ele é vigiado pelos terceirizados que entraram. É muito difícil para um trabalhar que está lá, há 30 ou 40 anos, acontecer isso com ele. E tem muito mais!

E nós, como funcionários não podemos, em hipótese alguma, abrir a boca para fazer nenhum tipo de denúncia, porque somos perseguidos pela Administração, infelizmente.

Obrigado a todos. Era o que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Obrigado, Sebastião. Próximo é o Leandro e, depois, a última é a Marina.

O SR. LEANDRO LOVAGLIO - Bom dia, boa tarde já, já passou do meio dia. Quero agradecer a todos.

Vou ser bem rápido, eu queria só pontuar, com a colega, livre docente, pós-graduada na Sorbonne, sim, fomos recebidos para apresentar demanda, em nenhum momento foi passado um feedback, que fosse "estamos estudando isso ou aquilo". Procuramos 'n' caminhos dentro de gestão, então queria que ela tratasse dessa questão.

Gostaria de propor, ou melhor, sugerir - propor de maneira nenhuma - sugerir ao nobre Vereador uma CPI de taxas, de TFE etc., para que isso seja esclarecido para o público saber aonde está indo esse dinheiro, cobrado a título de fiscalização de anúncios de estabelecimento, mas não efetivamente aplicado.

Uma pontuação ainda, que é a questão do debate sobre premissas inverídicas. Quando ela falou, quando foi falado, a Gestão falou que estava dando a produtividade integral, isso é verdade, mas não existe a produtividade zero, ou seja, quem faz zero, uma carreira específica, quem faz zero a 3 mil pontos recebe a produtividade fiscal referente a 3 mil pontos, então, não existe aquele cálculo a partir de apenas o valor do padrão. É o valor do padrão mais uma porcentagem da produtividade referente à primeira tabela, isso é verdade. Não é o que foi colocado.

E, mais uma vez, pedir, de verdade, nada além de uma conversa clara, franca. De verdade, não quero receber como Auditor-Fiscal, ou como Procurador do Município, nada disso, ou como Juiz Federal, eu sei de cada carreira, mas tem um artigo nessa lei que é particularmente, na minha opinião, até jocoso, que fala que, em nenhum momento, um agente vistor vai receber acima do teto do funcionalismo. Não tem como acontecer isso. Isso para mim, de verdade, é uma piada! É uma colocação a nível de piada, é uma colocação que até me doeu.

Agradeço a oportunidade de falar e boa sorte a todos os servidores, porque está difícil para todos nós. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Obrigado, Leandro, a última é a Marina.

A SRA. MARINA DEL GRANDE - Boa tarde, pessoal. Serei bem breve, prometo. Meu nome é Marina. Sou Médica Veterinária. Trabalho na Vigilância em Saúde. Estou aqui para reforçar o que meu colega Eric falou e outros tantos colegas também mencionaram.

Estamos na Vigilância de Saúde e os profissionais dessa área são denominados Analistas em Saúde, em várias categorias profissionais. Dentre essas categorias, apenas o médico veterinário é 20 horas. As demais categorias não são. Pergunto: por que essa

diferenciação conosco?

A Prefeitura - mais uma vez reforço - desconhece os seus funcionários, porque também, na Tabela de Valorização, não havia Analista em Saúde 20 Horas, porque não sabem que existe Analista em Saúde 20 Horas nas Unidades de Vigilância em Saúde.

Queria ressaltar, até para valorizar nosso trabalho, porque, às vezes, as pessoas falam: "Nossa, um médico veterinário na Saúde, o que ele faz?" Queria ressaltar então que trabalhamos com vigilância e controle de doenças extremamente importantes para o Município de São Paulo, entre elas: dengue, chikungunya, raiva, doenças que estão chegando no Município, esporotricose, doenças exclusivas de atendimento do médico veterinário. (Pausa)

Desculpem, só ver aqui, continuando, campanhas de vacinação, inspeções e fiscalizações sanitárias. Nós também somos fiscais. Assim como os colegas, também fazemos fiscalização em estabelecimentos, qualquer estabelecimento de interesse em saúde, incluindo as *dark kitchens*, que também farão parte do nosso rol de fiscalização.

Gostaria de citar, apenas como destaque, que uma colega nossa, esse ano, foi baleada durante uma atuação de sua inspeção sanitária. Então, para vocês também saberem os riscos a que nós somos expostos.

E o que venho pedir é isso: valorizem, a valorização do profissional. Queremos que os veterinários sejam efetivados para 40 horas. Nós estamos defasados. Só aumentam nossa quantidade de trabalho e diminui o número de profissionais. Nós não estamos mais dando conta!

Então é uma cidade que vai ficar doente com essas doenças que eu citei e tantas outras se não tivermos a valorização dos nossos profissionais. Portanto, o que eu peço é: efetivem qualquer médico veterinário que tiver interesse em se tornar 40 horas, porque nós precisamos disso. Também pedimos que abram novos concursos públicos para veterinários se não quiserem uma cidade doente. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Então, agora, vamos voltar à Mesa. Nós acordamos que os dois representantes da categoria falam primeiro e a Secretaria fecha esse momento. Quem vai primeiro? O João Gabriel?

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES BUONAVITA - Não pretendo gastar nem um minuto. Eu acho, não, perdão, tenho convicção de que nós tivemos contribuições extraordinárias aqui. Olhem a riqueza de conhecimento, de compreensão que a nossa categoria tem.

Quero dizer que esse espaço, Secretária, é o espaço que nos restou. Não entendo esse espaço como uma farsa. Entendo esse espaço como um espaço legítimo, as tensões vão aparecer, porque, se você não dá vazão à negociação, ela transborda. E, infelizmente, o único espaço para transbordar, a falta de diálogo é esse espaço. Entendo que podemos discutir o que é negociação coletiva, com todo o devido respeito. Mas eu compreendo que uma reunião para apresentar um pleito não dá conta daquilo que é o conceito de negociação coletiva.

Deixo aqui o nosso convite, o nosso apelo, para que se retome a negociação coletiva no Município de São Paulo, para que não passemos pelo que estamos passando aqui. Um grupo de trabalhadores, aos quais vocês tinham intenção de valorizar, ficou de fora, pois o projeto foi enviado incompleto, com erro grave, que vocês até estão reconhecendo aqui. Não vamos cometer esse mesmo erro com os Agentes Vístores. Não vamos cometer esse mesmo erro com os Agentes de Apoio, com os Veterinários, com os Agentes de Saúde.

Também deixo aqui nosso pedido: para que vocês revejam a política de pessoal e reconheçam o direito de reposição salarial, anual, linear, para que não voltemos, nos próximos dois anos, a ter de passar por isso. Todos nós estamos passando por isso, o que é bem desgastante, sim. Desgastante para ambas as partes, não tenho a menor dúvida.

Mas que nós rediscutamos o direito de reposição inflacionária e também os concursos públicos, que estão represados. Temos um concurso público de Veterinário, para o qual nunca houve a nomeação!

Aproveito para dizer que vocês estão adotando o entendimento de que concursos vencidos podem ser nomeados. Estão fazendo isso com vários, inclusive na Covisa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES BUONAVITA - Sim, depois podemos até conversar especificamente sobre isso. O entendimento da Procuradoria reconheceu e vários

concursos foram feitas as nomeações. Posso citar vários. Então vamos aproveitar e vamos trazer essas pessoas que estão aguardando até hoje a nomeação, por via judicial. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Então, próximo a falar é o Mário.

O SR. MÁRIO ROBERTO FORTUNATO - Bom, Secretária, para falar o que eu noite por negociação é o seguinte: temos uma reunião, nós tivemos realmente uma reunião logo depois da aprovação da lei, em agosto, o Fabio Riva estava presente no início da reunião inclusive, e foi muito em cima, não tínhamos nada preparado, para que se tenha ideia.

E o que falaram para nós foi: "Olha, o que vocês podem fazer é deixar um documento", nós deixamos uma tabela que, por coincidência, era de engenheiro, por quê? Porque, quando eu entrei, em 92, 91 perdão, ganhava dez salários-mínimos. Por coincidência, o trabalho era dez salários-mínimos, mas estava aberto a negociação. Nunca falamos que era contra o subsídio. Sempre falamos subsídio sim, porque facilita a contagem para os aposentados e facilita uma porção de coisas. Mas queríamos uma resposta. Não tivemos essa resposta. Posso mostrar a vocês várias vezes em que pedimos reunião com o Lucas, para o Gustavo, mandamos ofício.

Segunda-feira fomos surpreendidos com o projeto mandado para a Câmara. Temos várias formulações de propostas, desde o começo, como eu falei do pessoal, por questão de isonomia. Se formos no Jurídico, a questão está ganha. Por questão de isonomia. Um fiscal, faz a mesma coisa que a gente faz, igual uma atividade nossa, ganha 8,250 mil iniciais! Dá licença! Sete mil (ininteligível)

Estou meio constrangido aqui, porque ficamos de quatro a cinco anos discutindo e o que estamos discutindo nessa Câmara? Olha, nome. Estamos discutindo funções, colocar função, estamos inventando a roda, mas é o que sempre tivemos, desde 86. Quais são as funções. Plantão. A gente não vai receber o plantão? Isso, numa mesa de negociação nós resolvemos.

Tabela. Vocês não retornaram para nós: "Olha, a gente quer dar sete mil" para que

podéssemos falar: "Olha, não queremos sete mil. Queremos, sei lá, oito, nove". Não teve essa negociação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MÁRIO ROBERTO FORTUNATO - Sete mil inicial. Desculpe, mas está na tabela, aqui. Então estou constrangido. Por que me interessa? Não sei se vocês sabem, eu não tenho o número exato - se alguém tiver - até agora são 600 mil demandas. Não sei se é esse o número exato. Mas acho que até outubro eram, mais ou menos, 600 mil. Só saque. Contribuindo. Gente, cidadão que está preocupado. Isso me interessa. E não conseguimos dar conta nem de 200 mil; 400 mil vão ficar para 2023.

Temos que estudar, no projeto de fiscalização orientativa, que nós propusemos, tem lá: discutir estrutura de fiscalização; discutir meios para atingir eficácia; é isso que nos interessa. Eu gostaria de discutir isso: como que atendemos essa população? Não gostaria de discutir salário; não gostaria de estar discutindo o óbvio: um nome. Estamos de plantão, temos de receber! Meu Deus do céu. Acho que é óbvio.

Então, desculpa, Secretária, se nós ficamos um pouco nervoso, mas, eu estou constrangido. Sinceramente eu estou constrangido, porque o que me interessa é atender 400 mil pessoas que não foram atendidas nesse ano. É atender Ministério Público, é atender com eficiência.

O Veterinário, por exemplo, posso me estender um pouquinho. Pessoal do Marsilac, estão me ouvindo? Eu peguei uma situação de um estabelecimento, um açougue, que não precisava.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Mário, dá para fazer isso até esse um minuto restante, por favor?

O SR. MÁRIO ROBERTO FORTUNATO - Sim, só concluir esse exemplo. Não precisava nem de Veterinário para vermos que estava podre. Não podia fechar, mas eu precisava de um Veterinário. Não tem veterinário.

Nós ligamos para o pessoal e não é má vontade deles, é que não tem mesmo. Eu

precisava fechar o estabelecimento, então, dá licença, eu acabei fechando. Vou responder processo, respondi processo, problema deles. Mas eu fechei o estabelecimento e acabou. Depois o Veterinário foi lá, no dia seguinte, e fez o laudo. Foi uma coisa absurda.

Quer dizer, precisa falar, porque é uma forma de agirmos conjuntamente. Isso interessa para mim. Como eu posso agir junto com o veterinário? Isso me interessa. Não interessa salário. Claro que interessa para eu poder comer, para eu poder pagar escola para meus filhos, poder pagar IPTU e minhas contas.

Se fosse revisão salarial, e não 0,01, eu receberia 10 mil reais. Inicial. É pedir muito? É. Por quê? Dez mil reais vão quebrar a Prefeitura? Então dá menos, mas chama a gente para conversar. Pelo amor de Deus. Só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Agora a palavra final da Secretária.

O SR. FABIO RIVA - Presidente Toninho, me ouve?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Olá, Riva, está baixo seu microfone.

O SR. FABIO RIVA - Está muito baixo? Vou tentar de novo. (Pausa) Melhorou, Toninho?

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Não. Está bem baixinho o som. Você, por acaso, tem um fone de ouvido, Riva? Às vezes melhora bastante.

O SR. FABIO RIVA - Vou providenciar o fone. Passa para a Secretária, eu falo depois dela. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Então, pode falar, Secretária.

A SRA. REGINA PACHECO - Muito bem. Ouvei aqui, duas horas e dezoito minutos de vocês falando. E eu comentei aqui, lateralmente, com o Vereador Toninho Vespoli, que não considero que isso seja, realmente, um diálogo democrático porque vocês falaram durante duas horas e dezoito minutos e eu, provavelmente, vou ter o quê? Quinze minutos para falar? Dez

minutos? Cinco minutos? O tempo que eu quiser?

Enfim, é uma conversa muito difícil, porque muitas considerações feitas são inverídicas. Outras mereceriam esclarecimento na hora. Não sei, apesar de ter anotado aqui, 8 páginas de tudo o que foi dito - e levarei para a Secretária, com certeza - não sei se teria capacidade de responder tudo o que foi dito aqui. Farei isso resumidamente, até porque muitas questões foram repetidas; insistentemente repetidas, talvez, numa tática de esgotar o tempo da chamada audiência pública que poderia ter sido, poderia ser sempre melhor aproveitada se tivéssemos, realmente, um diálogo.

Essa é a minha opinião pessoal. Não falo em nome da Secretária Marcela Arruda, mas em meu nome, como é frustrante ouvir várias coisas – algumas equivocadas, outras aproximadas e outras com interpretação própria – sem poder rebater uma a uma todas as questões que foram expostas.

Por isso, desde já, peço desculpas a todos vocês e ao Vereador, porque eu acho que iremos continuar essa conversa se eu não conseguir responder a todos os pontos.

Eu vou começar falando da carreira de Agente de Posturas Municipais e de Agente Vistor e, em seguida, vou me referir aos dados da saúde. Antes, porém, quero lembrar que aspectos específicos de atribuições são discutidos junto com a Secretaria Finalística; não é a Secretaria de Gestão que vai definir qual é a atribuição de uma ou de outra carreira. Diferentemente do que foi afirmado aqui, a Gestão conhece, sim, o serviço público e tem especialistas nisso há muito tempo. Não só a equipe que chega, mas vocês estão desconsiderando os colegas de vocês, que são servidores efetivos e que trabalham; alguns dos quais estão aqui e que trabalham com muito afinco, inclusive aos fins de semana para termos dados, informações e propostas condizentes com aquilo que se quer atingir.

Sobre a questão do reajuste anual *etc.*, nós não estamos aqui tratando de reajuste nem de reposição salarial e sim de reestruturação de carreiras. Vamos entender isso. São assuntos distintos, e aqui o assunto é proposta de reestruturação de carreira, que é um esforço amplo que a Prefeitura tem feito, uma coragem muito grande de enfrentar pessoas que se opõem

porque querem deixar tudo como está. A Prefeitura tem enfrentado isso e enfrentou um dilúvio em agosto.

- Manifestação na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Eu peço que respeite a minha palavra enquanto eu estiver falando, porque senão a democracia vai para o quinto dos infernos. Não é possível isso, certo? Respeitem a minha palavra enquanto eu estiver falando, pois eu estou no meu direito e vim aqui para responder às questões que vocês expuseram. Obrigada.

Então, é reestruturação de carreiras. Nós estamos atrasados há uns 35 anos ou mais, porque a revisão da estrutura do setor público começou nos anos 80. Nós estamos aqui trazendo parte disso para a realidade do Município, e estou aqui ouvindo pessoas que se negam a trabalhar com metas. Caiam na real, esse é o mundo do trabalho no setor público há 30 anos. Aqui demorou a chegar, mas eu espero que chegue com força e qualidade, porque é a meta que concentra os esforços na direção do que se quer atingir, é a meta que, combinada com avaliação de desempenho para valer – que ainda é uma luta que vai ficar para no futuro – que vai ajudar as pessoas a se engajarem e trabalharem com força, muito além do salário.

O primeiro ponto é este: nós não estamos aqui discutindo reajuste salarial e sim reestruturação de carreiras, que já iniciou. Como eu comecei falando, ainda há outras que não foram atingidas, e o grandessíssimo desafio que é a educação. Enquanto nós estamos falando aqui de 28 Agentes de Serviço Operacional ativos – vou repetir: 28 Agentes de Serviço Operacional –, existem 84 mil profissionais da Educação com quem também precisamos dialogar e para quem precisamos fazer propostas modernizadoras, olhando para o futuro, não para o passado. A transformação digital vem aí, e não é possível continuarmos resistindo ao mundo que se transforma em cima de coisas que sabemos fazer no passado. Esse é só um alerta: ou nos ligamos ao futuro ou ficaremos obsoletos com muita rapidez.

Se o Severino ainda estiver aí, talvez não haja isso no colegial, mas eu acho que ele sabe que uma lei complementar é uma lei nacional, e o município não pode alterá-la. Ele falou que esta Casa poderia alterar a Lei Complementar nº 173, e não pode, porque foi uma lei votada

no Congresso Nacional. Ou gostamos da democracia ou não. Agora, se a gente gosta só para o que nos interessa, é um problema muito sério. A lei não pode ser alterada pelo município. Eu estou falando errado, Vereador? Não pode, não tem como uma lei municipal contrariar ou revogar uma lei complementar. Isso não existe.

- Manifestação na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Apenas quinze segundos; não mais do que isso.

- Manifestação na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Você disse que esta Casa poderia mudar, mas não pode.

- Manifestação na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Desculpa, eu falei uma coisa errada aqui sobre os Agentes Operacionais: 28 é o número de Agentes de Laboratório. Eu me enganei com as minhas anotações; me desculpem. Mas chegarei lá quando eu comentar sobre a Saúde.

- Manifestação na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Sim, são pessoas. Claro que são.

- Manifestação na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Exatamente.

A retroatividade ao primeiro dia primeiro de maio é uma discussão de reajuste e não de reestruturação da carreira. Se aprovado e o que está dito por esta Casa é que a carreira de Agente Vistor, para aqueles que optarem por ela – o prazo é de 90 dias para fazer a opção – passará a ter vigência a partir de 1º de janeiro. Então, para quem optar depois, dentro do prazo de 90 dias, receberá os benefícios da nova lei ou dos novos valores a partir de 1º de janeiro. Peço aos meus colegas que me corrijam em tudo o que eu falar errado. Por favor, fiquem atentos se eu me enganar ao responder.

Sobre a denominação, esse é um capítulo muito interessante. Ouvimos aqui a CBO *etc.* sobre Agente Vistor e sobre a demanda de Fiscais de Atividades Urbanas. Porém, o nosso município não é só urbano, tem zona rural, tem mananciais, tem uma diversidade e uma

complexidade que não será resolvida por um nome. As atividades urbanas vão ficar, assim como todo extremo Sul da Cidade e toda a área de mananciais? Quem vai fiscalizar? Só a SVMA? Não, porque lá há construção e posturas municipais que precisam ser fiscalizadas também. Essa é uma questão de denominação, mas, de qualquer maneira, também é de atribuição da Secretaria das Subprefeituras, com quem isso pode ser discutido se quiserem levar isso lá.

Eu reclamei aqui também dessa acusação de que vocês foram surpreendidos, porque surpreendidos fomos nós. Vocês estiveram em reunião com a gente em um dia e, no dia seguinte, entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre um artigo da lei da Guarda Municipal.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. REGINA PACHECO – É, mas não falaram, não comentaram nada na reunião. Portanto, é tática de guerra: comentar o que querem e não comenta o que não querem. Essa é a democracia que vocês praticaram nesse ato específico.

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Também gostei muito de ouvir o Severino.

O SR. SEVERINO ALVAREZ – Posso esclarecer?

A SRA. REGINA PACHECO – Não, não. Agora você vai deixar eu acabar. Você vai deixar eu acabar agora, porque eu respeitei todo mundo aqui.

Gostei de ouvir o Severino dizendo que trabalha por conta do dinheiro. Gostei por dois motivos: primeiro porque a maioria dos servidores públicos trabalha pelo propósito, e ele que trabalha pelo dinheiro.

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Eu vou continuar a minha provocação, porque eu fui provocada e vou responder. Eu não tenho alma de barata. Então, vocês esperem.

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Segundo porque, diferentemente...

- Manifestação na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Essa acusação é séria, Sr. Severino.

O SR. SEVERINO ALVAREZ – Está gravado.

A SRA. REGINA PACHECO – Não, pelo salário. Está aqui, ó, pelo salário. Eu anotei.

- Manifestação na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Pelo salário. Eu anotei. Eu anotei tudinho.

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Anotei!

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Trabalha ou não trabalha?

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Gente, o ponto não é esse.

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Somos profissionais.

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Somos profissionais e estamos aqui atrás do salário.

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Pode voltar a gravação que vocês vão ouvir.

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Não, eu ouvi de vocês, e agora eu vou falar.

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Quem não gostar, quem não quiser ouvir, pode se retirar.

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Outra coisa que eu gostei também de ouvir do Severino é que ele afirmou na nossa reunião que o que ele ganhava de um terreno que o pai dele deixou para ele era muito mais do que o salário que ele ganha como Agente Vistor.

O SR. SEVERINO ALVAREZ – É verdade! Qual o problema?

A SRA. REGINA PACHECO – Eu acho interessante que, ainda assim, você valorize e trabalhe pelo salário.

- Manifestação na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Só quis contar isso como prova de que nós conversamos longamente, e eu ouvi...

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Muito bem. Olhem, vocês são muito eloquentes e não respeitam a palavra de quem está falando. Desculpem, mas assim é muito difícil um debate calmo.

Bom, sobre Agentes Vistores, pergunto ao Thiago e ao Dr. Cristiano se há alguma outra coisa a acrescentar. Claro que sempre podem ser melhoradas as atribuições *etc.* Repito: essas questões das atribuições são responsabilidade da Secretaria de Subprefeituras, que é a gestora da carreira. Haverá sempre uma evolução de atribuições, porque o mundo muda e há transformação digital, há tecnologia à disposição, há muitas outras maneiras de fazer fiscalização. Enfim, tudo isso tem que ser aproveitado da melhor maneira possível, mas não para o interesse dos servidores e sim para o interesse da Cidade. É nesse sentido que eu estou falando.

Vamos passar agora para a questão da Saúde. Eu recebi mensagens bastante esclarecedoras da Secretaria da Saúde para vocês, especialmente às que se referem à Mesa Setorial de Negociação da Saúde, invocada aqui múltiplas vezes. Vou ler algumas delas.

“A Mesa Setorial de Saúde tem cronograma de reuniões anual amplamente divulgado, bancadas e regimentos próprios e publicados no *Diário Oficial da Cidade*.

As pautas são pré-estabelecidas e todos os pontos são debatidos. O que vem ocorrendo são sucessivas repetições de itens da pauta já debatidos.

A bancada dos trabalhadores alega não ser a contento ou não ser totalmente verídica a informação apresentada.

A coordenação da Mesa tem um compromisso de verificar e enviar informações

adicionais, se houver.

Sempre ao receber a pauta, a bancada da gestão busca os dados para o debate.

Em relação ao novo PL, foi realizada uma reunião junto à assessoria parlamentar, em que foram debatidos os itens.

Foi acordado o envio de questões para nova devolutiva e aí agendar a reunião. Até a presente data, nada recebemos.

Esta Mesa trabalha com regimento, racionalidade e abertura”.

Esta é a comunicação da Secretaria da Saúde relativa à...

- Manifestação na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Não, não. Com licença.

- Manifestação na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Não, não, não, não, não, não, não. Não.

- Manifestação na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – *O.k.* A questão é que há outras informações sobre a Saúde também bastantes relevantes, que dizem o seguinte: não há plantão normal. Sobre essa afirmação de que há o plantão extra e o plantão normal, existe um plantão que é chamado de plantão extra com essa remuneração. Nunca houve plantão extra para Agentes de Apoio. O Vereador sabia disso? Nunca houve plantão extra para Agentes de Apoio. A maioria dos Agentes de Apoio está em funções administrativas, como foi largamente exemplificado aqui, e em funções administrativas é muito difícil que se exijam plantões, que são de 12h.

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – *O.k.* Nunca houve. Então, não é questão de que estão sendo retirados, porque nunca houve.

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Eu estou prestando um esclarecimento sobre o que foi dito aqui. Os valores dos plantões extras, sempre por 12 horas, eu vou passar a ler para vocês.

“Analista de Saúde Médico: 1.080 reais na área central e 1.200 reais por plantão na área periférica. Analista de Saúde: 570 reais para a área central e 610 reais para a área periférica. Analista de Assistência e Desenvolvimento Social: 570 reais para a área central e 610 reais para a área periférica. Assistente Técnico de Saúde: 340 reais na área central e 400 reais na área periférica. Assistente de Saúde: 300 reais na área central e 350 reais na área periférica. Assistente Administrativo de Gestão: 300 reais na área central e 350 reais na área periférica”.

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – É nível médio, não é? Exato.

“Agente de Saúde: 200 reais na área central e 270 reais na área periférica”.

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Não, não tem nada de preconceito.

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Não, o dinheiro público não existe para beneficiar as pessoas como elas querem. O dinheiro público existe para organizar...

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Olha, Vereador, assim eu não continuo. Ou o senhor pede ordem ou eu não continuo.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Pessoal, eu sei que há divergências, mas vamos escutar o ponto de vista da Secretária, senão a gente vai ter que encerrar a audiência pública, está bem?

A SRA. REGINA PACHECO – Muito bem. Dando continuidade, então, eu queria novamente dizer que eu me enganei em relação àquele número de 28 servidores, que são Agentes de Saúde de Laboratório na ativa.

Eu acho que essas são as principais questões com relação.

- Manifestações na plateia.

A SRA. REGINA PACHECO – Gente, foi feito em acordo com a Secretaria da Saúde o que era para ser valorizado, o mais urgente e o mais necessário: o valor do plantão, que era

de 80 reais em alguns casos. Então, essa foi a prioridade defendida pela Secretaria da Saúde e foi essa a prioridade atendida que está no PL 645, que não trata de outras questões da Saúde, apenas da valorização dos plantões, que foi a prioridade definida pela Saúde. As atribuições podem ser rediscutidas, sem dúvida. Enfim, é esse o ponto.

Vou repetir: nunca houve plantão extra para agentes de apoio. Não houve. São 733 ativos. A grande maioria em serviços administrativos.

Com relação ao agente de laboratório, os 28 que querem aumentar a carga horária de 30 para 40 horas, a resposta imediata da Secretaria da Saúde é de que quando há necessidade do serviço e interesse profissional, são convocados para Get 40.

Com relação às atribuições, como eu disse, provavelmente, haverá uma evolução das atribuições que tinham sido definidas antes. Se não forem essas, podem... mas que merecem uma revisão, uma atualização, merecem até porque o perfil da Saúde hoje não é exclusivamente assistencial.

Quem se referiu à terceirização, errou no conceito. É uma parceria. Organização social não é terceirização. Terceirização é outra coisa.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. REGINA PACHECO - Mas não. Eu fiz parte da equipe com muito orgulho, da equipe do Ministro Bresser Pereira que formulou o conceito de organizações sociais, aprovou a lei.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. REGINA PACHECO – Não mudou uma vírgula de ideia sobre parcerias com o terceiro setor, com entidades do terceiro setor.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. REGINA PACHECO – Eu ainda não disse isso de você, mas em todo o caso sugiro que a gente organize uma conversa, Vereadora, mas uma conversa que seja para aprofundar o debate e não para jogar pedra, porque para jogar pedra é muito fácil. Quero saber se a gente consegue aprofundar o debate sobre o que são parcerias com terceiro setor e em que

elas se baseiam e o que pretendem.

Não teríamos fila de creche zerada pelo segundo ano consecutivo nesta cidade de 12 milhões de habitantes se não tivéssemos parcerias com a entidade sem fins de lucro.

Vou encerrar e agradecer a sua paciência também em me ouvir e dizer que eu faço votos sinceros de que essas audiências públicas possam evoluir e se transformarem em espaços de diálogo e não de acusações inverídicas e de discursos desprovidos de sustentabilidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Vereador Riva, V.Exa. está presente? Quer falar?

O SR. FABIO RIVA – Tenho algumas considerações.

Sempre em audiência pública quando se fala em reestruturação - e aí me dirigir a Regina -, quem está no Parlamento, muitas vezes, o nosso papel é fazer realmente essas respostas a esses questionamentos. Vi que você as fez em alguns momentos.

Também aos servidores que representam as categorias, a gente entende pelo momento a forma de expor as ideias, mas eu acho que desta audiência pública até a votação ainda tem um hiato de voltar as discussões, a questão da nomenclatura dos agentes vidores, a questão da tabela, a questão do artigo 6º que foi colocado pelo Presidente da Associação dos Agentes Vidores que inclusive é uma bandeira que eu defendi e entendo que precisa ser mantido no próprio substitutivo que eventualmente o Governo vá encaminhar para garantir a função do agente já pré-estabelecida.

Minha fala é mais no sentido de que os ânimos muitas vezes se exaltam, mas por parte da liderança do Governo dentro da Câmara com os Vereadores – alguns Vereadores até me ligaram agora para saber como que estava acontecendo a audiência pública, quais eram os pontos. Então, amanhã temos o Colégio de Líderes e, provavelmente, nesta semana ou no início da outra semana, a gente deve encerrar o ano legislativo e nós temos aí um tempo para poder discutir algumas questões, inclusive levar ao Executivo municipal alguns questionamentos que eu fiz aqui e anotei.

Muito obrigado pela audiência. Um forte abraço a todos. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Riva, pela colaboração.

Só fico um pouco chateado, Secretária, de qualificar um pouco aqui como algo não democrático e farsa, porque quem conhece o meu mandato, por exemplo, ou quando discutimos com a Secretaria da Cultura ou várias outras secretarias sempre tento da melhor maneira procurar equilíbrios.

Não estou organizando sindicato. Em todas as audiências públicas as pessoas falam os mesmos pontos. É normal. Às vezes tem 500 inscritos e os 500 vão falar sete, oito, nove pontos porque é aquilo que está afligindo-os.

É legítimo que as pessoas que se inscrevam tenham essa liberdade de falar o que elas querem. A gente não pode - nem eu e nem ninguém da Mesa - pode intervir na fala de cada um.

Queira ou não queira tem conflito estabelecido em vários pontos. Em alguns pontos de repente a Administração, por questões até jurídicas ou tudo mais, tem dificuldades, mas eu também vi pleitos que não vai dar um impacto financeiro e que, de repente, é questão de diálogo. Pelo menos, percebi um pouco isso na discussão.

Então, acho que também se a Administração faz gestos de diálogo, o tensionamento diminui. Agora, é claro que imagino: “Ah, Toninho, mesmo que eu quisesse ou a Secretária quisesse ou o Prefeito quisesse, tem coisas que são muito difíceis de viabilizar.” Penso que negociação sempre é uma coisa assim: um lado vai ter que deixar coisas e o outro lado também. Acho que V.Exa. não pode, no meu ponto de vista, ser um lado querer que seja tudo e o outro lado também querendo que seja tudo, porque aí fica difícil um intermeio.

Então, faço esse apelo. O que quis fazer chamando a audiência não foi causar tensionamento. Quem me conhece sabe que não faço isso. É simplesmente tentar chamar a Administração para ver alguns pontos de vista. Percebi que tem pontos de vistas que a Administração não concorda, mas tem outros que eu acho que são bem razoáveis e que a

Administração pode dialogar. Essa é a intenção.

Vários pontos que eles falaram tem determinado sentido. Sou servidor da Educação e tem coisas específicas de cada carreira que eu não entendo, mas escutando a gente percebe que tem algum sentido.

Então, nesse sentido acredito que a Administração deveria criar esse diálogo.

Vou terminar a audiência.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Essa é uma dificuldade em vários setores que a gente vem vendo ao longo dos anos.

Mais duas pessoas levantaram a mão, mas não vai dar porque depois de vocês dois falarem tenho certeza de que outros vão levantar e aí será injusto. Fizemos um combinado de que a Secretária seria a última. Deixei até mais alguém falar.

Vou encerrar a audiência pública. Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada a audiência pública do PL 645. Estão encerrados os nossos trabalhos.